



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COMUNITÁRIA
MESTRADO EM SAÚDE PÚBLICA

DETERMINANTES DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

MARCOS TADEU ELLERY FROTA

FORTALEZA

2014

MARCOS TADEU ELLERY FROTA

DETERMINANTES DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública.

Área de concentração: Epidemiologia

Orientador: Prof. Dr. José Gomes Bezerra Filho

FORTALEZA

2014

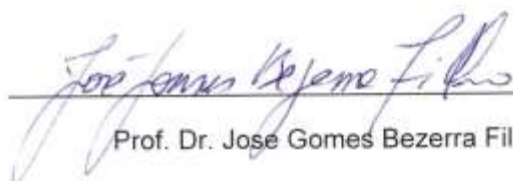
MARCOS TADEU ELLERY FROTA

DETERMINANTES DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Saúde Pública.

Aprovado em: 25/8/2014

BANCA EXAMINADORA



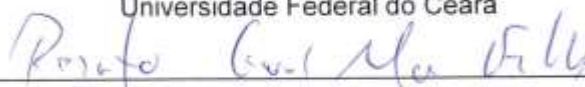
Prof. Dr. José Gomes Bezerra Filho (orientador)

Universidade Federal do Ceará



Prof. Dr. Carlos Henrique Moraes de Alencar

Universidade Federal do Ceará



Prof. Dr. Renato Evando Moreira Filho

Universidade Federal do Ceará

Dedico esta tese

À Deus, minha esposa, família, amigos, colegas de trabalho e orientadores pelo apoio, força, incentivo, companheirismo e amizade.
Sem eles nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram de alguma forma com o término desse trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Gomes Bezerra Filho, pela oportunidade, por todo acompanhamento e paciência durante esse trabalho;

A todos os professores que fizeram parte da construção do meu conhecimento nessa trajetória, em especial, ao Prof. Dr. Carlos Henrique Morais de Alencar, pelo seu apoio incondicional, por todos os ensinamentos e pela contribuição e sugestões dadas a esse trabalho;

Ao Prof. Renato Evando Moreira Filho, pelo apoio e incentivo em todos os momentos;

À minha esposa, por ser a maior incentivadora na superação de meus limites e por todo apoio e dedicação de todas as formas, amo você;

Aos meus filhos, sempre alegres e presentes, por toda a paciência e incentivo, amor incondicional;

Ao meu irmão Nelson, por estar sempre pronto a me ouvir, me tranquilizando nos momentos de dúvida, sempre me incentivando;

Aos meus amigos, por todos os momentos compartilhados, pela paciência e pela confiança.

RESUMO

A violência se caracteriza como um grave problema social, nesse contexto o incremento dos óbitos por homicídio expressa o crescimento da violência e como consequência coloca a necessidade de compreender o porquê deste aumento. Os homicídios podem ser causados por diversos fatores presentes em diferentes instâncias e envolvem questões socioeconômicas, demográficas, culturais e políticas. Esse estudo teve como objetivo analisar os determinantes da taxa de homicídios no Brasil, contribuindo para o melhor entendimento dos seus fatores associados, a fim de prover os gestores de saúde e segurança pública de informações e conhecimento sobre este fenômeno e possibilitar o planejamento de estratégias de controle e diminuição do impacto dos homicídios. Estudo de abordagem quantitativa, tipo ecológico transversal, analítico, considerando como unidades de análise os Estados e o Distrito Federal do Brasil. As taxas de homicídios foram calculadas utilizando o número de homicídios do período de 2002-2012. Foram construídas séries históricas das taxas de homicídios no Brasil. Foi estimada associação da taxa de homicídios com variáveis explicativas através de regressão linear simples. As variáveis independentes consideradas foram divididas em três grupos: Indicadores socioeconômicos, criminógenos e sistema de segurança pública. Apresentaram correlação estatisticamente significativa ($p < 0,05$) as variáveis proporção de domicílios com renda per capita abaixo da linha da pobreza e da extrema pobreza, percentual de pobres, taxa de escolaridade em nível médio, IDH renda, IDH educação, taxa de punibilidade e percentual das despesas com Segurança Pública. Não apresentaram correlação com significância estatística ($p > 0,05$): Coeficiente de Gini, taxa de fecundidade, percentual da população com água encanada, taxa de escolaridade em nível fundamental, taxa de efetivo da polícia militar e polícia civil, despesa per capita em Segurança Pública taxa de ocorrências por posse de entorpecentes, taxa de ocorrência por tráfico de drogas e taxa de ocorrência por porte ilegal de armas. A variável que apresentou o maior coeficiente de determinação foi a taxa de punibilidade ($R^2 = 0,57$; $p < 0,01$). A melhora dos fatores socioeconômicos foi de grande ganho social, mas não se mostrou como fator central na redução de mortes por homicídio. Os grandes investimentos em efetivos policiais sem a melhora da investigação e julgamento dos homicidas não se justificam. A questão central é a impunidade.

Palavras-chave: Violência, determinantes, punibilidade.

ABSTRACT

The violence is characterized as a serious social problem. In this context the increase of deaths by homicide expresses the increase in violence and as a result puts the need to understand why this increase occurs. Homicides can be caused by several factors present in different instances and involve socioeconomic, demographic, cultural and political issues. This study aimed to analyze the determinants of the homicide rate in Brazil, contributing to a better understanding of the factors associated with these, in order to provide managers of public health and security information and knowledge about this phenomenon and enable the planning of control strategies and reducing the impact of the murders. Study of quantitative approach, analytical cross-sectional ecological type, considering the units of analysis states and the Federal District of Brazil. Homicide rates were calculated using the number of homicides for the period of 2002-2012. Historical series of homicide rates in Brazil were built. Association rate of homicides with explanatory variables in the bivariate analysis isolated by simple line regression was estimated. The independent variables were divided into three groups: Socioeconomic indicators, criminal factors and public safety system. Statistically significant correlation variables proportion of households with income below the poverty line and extreme poverty, percentage of poor enrollment rate in secondary level education, income HDI, education HDI, criminality rate and percentage of expenditure on security public. Showed no statistically significant correlation: the Gini Coefficient, fertility rate, percentage of population with piped water rate, educational level, rate of effective military police and civilian police per capita, spending on Public Safety event, rate for possession narcotics, rate of occurrence of drug traffic in gang rate of occurrence for illegal possession of weapons. The variable that had the highest coefficient of determination was the punishment rate ($R^2 = 0.57$). The improvement of socioeconomic factors was of great social gain, but showed up as a central factor in reducing homicides. Large investments in effective law enforcement without improving investigation and prosecution of the perpetrators are not justified. The central issue is impunity.

Keywords: Violence, determinants, punity.

LISTA DE FIGURAS

1	Taxas de homicídio (por 100 mil habitantes). Brasil, 2002/2012.....	42
2	Taxas de homicídios por regiões (por 100 mil habitantes). Brasil, 2002/2012.....	44
3	Taxas de homicídio por estado (por 100 mil habitantes). Brasil, 2002.	45
4	Taxas de homicídio por estado (por 100 mil habitantes). Brasil, 2012.	45
5	Taxas de homicídio na região Norte (por 100 mil habitantes). Brasil, 2002/2012.....	46
6	Taxas de homicídio na região Nordeste - Brasil, 2002/2012.....	46
7	Taxas de homicídio na região Sudeste - Brasil, 2002/2012.....	47
8	Taxas de homicídio na região Sul - Brasil, 2002/2012.....	47
9	Taxas de homicídio na região Centro-Oeste - Brasil, 2002/2012.....	48
10	Número de homicídios na população jovem de 15 a 29 anos (por 100mil habitantes). Brasil, 2002/2012.....	49
11	Evolução do percentual de vítimas de homicídios entre brancos e não brancos. Brasil, 2002/2012.....	50
12	Correlação entre taxa de homicídios e domicílios com renda per capita inferior à linha de pobreza nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	51
13	Proporção de domicílios com renda per capita inferior à linha da extrema pobreza. Brasil. 2012.....	52
14	Correlação entre taxa de homicídios e percentual de pobres na população nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	52
15	Correlação entre taxa de homicídios e coeficiente de Gini na população nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	53
16	Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de fecundidade na população nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	54
17	Correlação entre taxa de homicídios e o percentual da população em domicílios com água encanada nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	54
18	Correlação entre taxa de homicídios e a razão de escolaridade em	

	nível fundamental nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	54
19	Correlação entre taxa de homicídios e razão de escolaridade em nível médio nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	55
20	Correlação entre taxa de homicídios e o IDH renda. Brasil, 2012.....	56
21	Correlação entre taxa de homicídios e o IDH educação. Brasil, 2012.	56
22	Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de punibilidade. Brasil, 2012.....	57
23	Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de efetivo da Polícia Militar nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	58
24	Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de efetivo da Polícia Civil nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	58
25	Correlação entre taxa de homicídios e a despesa per capita em Segurança Pública nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	59
26	Correlação entre taxa de homicídios e o percentual da participação das despesas em Segurança Pública no total das despesas nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	60
27	Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de ocorrência por tráfico de drogas nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	61
28	Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de ocorrência por posse e uso de entorpecentes nos estados brasileiros. Brasil, 2012.	61
29	Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de ocorrência por porte ilegal de arma nos estados brasileiros. Brasil, 2012.....	62

LISTA DE QUADROS

1	Variáveis e suas descrições.....	37
2	Taxa de homicídios na população por UF e região. Brasil, 2002/2012.....	43
3	Regressão multivariada para taxa de homicídios. Brasil, 2012....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CID Classificação Internacional de Doença

CNJ Conselho Nacional de Justiça

CNMP Conselho Nacional do Ministério Público

DF Distrito Federal

ENASP Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

PAF Perfuração por Arma de Fogo

OMS Organização Mundial da Saúde

PROERD Programa Educacional de Resistência às Drogas

SIM Sistema de Informação de Mortalidade

UF Unidade da Federação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Conceitos e problemáticas do homicídio no Brasil	13
1.2	Justificativa	15
2	OBJETIVOS	17
2.1	Objetivo geral	17
2.2	Objetivos específicos	17
3	REVISÃO DA LITERATURA	18
3.1	Definição de violência e homicídio	18
3.2	Homicídios no mundo	19
3.3	Homicídios no Brasil	20
3.4	Grupos de maior vulnerabilidade	21
3.5	Principais meios de se cometer agressões	22
3.6	Diferenciais regionais dos homicídios no Brasil	24
3.7	Crime e Homicídio: fatores causais	25
3.7.1	Indicadores Socioeconômicos.....	26
3.7.2	Indicadores Criminógenos.....	29
3.7.3	Indicadores do Sistema de Segurança Pública.....	32
3.8	Modelo Teórico	33
4	MÉTODO	35
4.1	Desenho do Estudo	35
4.1.1	Abordagem e tipo de estudo.....	35
4.1.2	Local do estudo e população.....	35
4.1.3	Coleta de dados.....	35
4.2	Variáveis do Estudo	36
4.3	Análise dos Dados	39
4.4	Aspectos Éticos	41
5	RESULTADOS	42
5.1	Homicídios na população jovem	48
5.2	Homicídios na população de acordo com a cor da pele	49
5.3	Determinantes dos homicídios	51

5.3.1	Determinantes sócioeconômicos.....	51
5.3.2	Determinantes de Segurança Pública.....	57
6	DISCUSSÃO	64
7	CONCLUSÃO	78
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
9	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemáticas dos homicídios

Atualmente a violência caracteriza-se como um grave problema social, que tem conseqüências também na saúde pública, afetando indivíduos em todo o mundo. Em sua origem, manifestações violentas representam um fenômeno social e histórico e acompanham toda a experiência da humanidade. Portanto, não seria em si uma questão de saúde pública, mas transforma-se em problema a partir do momento que afeta a saúde individual e coletiva. Exige para sua prevenção e tratamento, formulação de políticas específicas e organização de práticas e de serviços peculiares ao setor (COSTA, 2013).

Nesse contexto, o incremento dos óbitos por homicídio expressa o crescimento da violência e como conseqüência coloca a necessidade de compreender o porquê deste aumento. Há que se reconhecer que o fenômeno dos homicídios contém inúmeras subcategorias de diferentes fenômenos criminais, cuja motivação para o perpetrador pode variar enormemente, como nas questões que envolvem honra e crimes passionais, preconceitos homofóbicos, raciais e de gêneros, ganhos econômicos, distúrbios psíquicos, entre outros (DANTAS, 2009).

Os homicídios podem ser causados por diversos fatores presentes em diferentes instâncias. No plano individual, várias disfunções psíquicas, ou biológicas podem estar associadas a um histórico de vida familiar para motivar o indivíduo a cometer assassinatos. Por outro lado, as associações e relações pessoais podem explicar determinados incidentes com vítima fatais, que não ocorreriam em outros contextos. Ainda, os conflitos interpessoais e o uso da violência letal podem ser largamente influenciados pela presença de fatores criminógenos como armas e drogas psicotrópicas. Condicionando as ações dos indivíduos há os elementos estruturais de ordem social, econômica e demográfica, como renda, desigualdade socioeconômica, adensamento populacional e estrutura

etária. Por fim há a ação coercitiva do Estado para prevenir e reprimir o crime, por meio do sistema de justiça criminal (PIMENTA, 2012).

Os avanços sociais e econômicos alcançados pelo Brasil na primeira década do novo milênio são bastante expressivos. Diminuiu a magnitude da pobreza absoluta, o acesso à educação básica universalizou-se, o acesso dos jovens mais pobres à universidade foi ampliado, a taxa de analfabetismo diminuiu, a esperança de vida ao nascer foi incrementada e até a desigualdade de distribuição da renda nacional diminuiu. Por sua vez, nos aspectos econômicos, o Brasil alçou a posição de sexta economia do planeta, a inflação permaneceu controlada, a taxa de desemprego caiu significativamente como também ocorreu com a informalidade no mercado de trabalho. Isso não significa ignorar os enormes abismos sociais que ainda persistem no país. Os indicadores sociais ainda são vergonhosos se comparados aos dos países da Europa ou mesmo de vizinhos na América do Sul. Entretanto, não há como negar que a sociedade brasileira está trilhando um caminho virtuoso no sentido do enfrentamento de suas históricas mazelas sociais, mesmo que a passos módicos (BANDEIRA, 2013; CASTRO, 1998).

No que diz respeito aos indicadores da violência urbana, não se constata fenômeno similar. As taxas de homicídios não diminuíram ao longo das décadas, crescendo quando assumimos um horizonte de longo prazo e estabilizando nos últimos anos. A maioria dos estados não manifestou tal oscilação, evidenciando trajetória ascendente da taxa de homicídios por todo o período. O Brasil se consolidou na década passada como um dos países mais violentos do mundo. O sentimento de medo e insegurança disseminado na população persiste bastante acentuado, afetando diretamente sua qualidade de vida. Os jovens continuam sendo as vítimas preferenciais dessa violência, especialmente os negros e residentes nas periferias urbanas (MINAYO, 2013).

A elevada e crescente incidência dos homicídios na sociedade brasileira talvez seja afetada por outros fatores, tais como a consolidação do tráfico de drogas, a persistente impunidade e a gestão ineficiente da política de segurança pública. A pobreza e a desigualdade socioeconômica seriam apenas o pano de fundo desse fenômeno (SOUZA, MELO ET AL., 2012).

1.2 Justificativa

As causas do aumento da violência no Brasil são complexas e envolvem questões socioeconômicas, demográficas, culturais e políticas. O assunto tem sido discutido, nos últimos anos, por pesquisadores de diferentes áreas, incluindo a saúde pública, pois as mortes violentas estão entre as principais causas de mortalidade na população jovem.

A pobreza e a desigualdade social são comumente apontadas como fatores que estimulam a violência e a criminalidade. De fato, jovens que vivem em comunidades carentes são aliciados por traficantes e vêem no crime uma opção de vida.

A redução dos índices de pobreza do país não foi acompanhada de semelhante queda nos índices de criminalidade. Na última década (2004-2013), 40 milhões de brasileiros saíram da pobreza em razão da estabilidade econômica e programas sociais.

O combate à pobreza não assegurou a redução da violência nem a da taxa de homicídios no Brasil, portanto deve-se buscar uma explicação para esse descompasso entre a trajetória recente dos indicadores socioeconômicos e a trajetória dos indicadores da violência urbana. Para certa percepção de senso comum, se apresenta um verdadeiro paradoxo. Se a sociedade brasileira realiza conquistas sociais, era de se esperar que a criminalidade seguisse o caminho contrário, no sentido da redução. Há de se compreender como uma sociedade que reduz as injustiças socioeconômicas, simultaneamente, enfrenta nítida deterioração da ordem pública.

Diante da importância dos homicídios no país, este estudo contribui para o melhor entendimento dos fatores associados a estes, a fim de prover os gestores de saúde pública de informações e conhecimento sobre este fenômeno e possibilitar o planejamento de estratégias de controle e diminuição do impacto dos homicídios.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Analisar os principais determinantes do coeficiente de mortalidade por homicídios no Brasil no ano de 2012.

2.2 Objetivos Específicos

- Construir série temporal dos homicídios no Brasil de 2002 a 2012.

- Identificar fatores socioeconômicos associados aos homicídios na população brasileira.

- Identificar fatores crimínógenos e de sistema de Segurança Pública associados aos homicídios na população brasileira.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Definição de violência e homicídio

A morte violenta é a mais cruel expressão da violência que ocorre no nível das relações interpessoais individuais ou coletivas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como “a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis”, ou ainda como o uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. O homicídio corresponde a qualquer ação intencional dirigida a outro, por um indivíduo ou um grupo, que resulte em óbito (KRUG, MERCY ET AL., 2002).

A violência faz parte do coletivo humano de acordo com local e tempo específicos, porém nem todo ato violento se constitui crime, quando isto ocorre se torna conceito jurídico regido por leis penais (MINAYO, 1994).

Marilena Chauí (1999) define violência de forma multifacetada: seria tudo o que vale da força para ir contra a natureza de um ato social, ou seja, todo o ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém e todo o ato de transgressão contra o que a sociedade considera justo e direito (CERQUEIRA, VILLELA, 2004).

As mortes violentas constam na Classificação Internacional de Doenças/CID com um grupo denominado causas externas, que é utilizado pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde do Brasil e pode ser dividido nos seguintes subgrupos: acidentes de transporte, outros acidentes, suicídios, homicídios e outras violências. As causas externas são classificadas conforme a Décima Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID10), nos códigos V01-Y98 (Acidentes de transporte, quedas, afogamentos, exposição à fumaça, fogo e às chamas, envenenamento acidental, lesões autoprovocadas voluntariamente, agressões,

eventos cuja intenção é indeterminada, intervenções legais e operações de guerra e todas as outras causas externas). Destaca-se que os homicídios são classificados como agressões (códigos X85-Y09). Essa classificação inclui homicídios, lesões infligidas por outra pessoa, empregando qualquer meio, com a intenção de lesar ou matar, e não diz respeito a lesões devidas a intervenções legais e operações de guerra (OMS, 2000).

3.2 Homicídios no mundo

Segundo Waiselfisz (2012) de acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi possível comparar os países membros da organização com as maiores taxas de homicídio.

Na América Latina, os países com as maiores taxas de óbitos por homicídios foram El Salvador (62,4/100.000), Trinidad e Tobago (46,1/100.000), Colômbia (45,0/100.000), Ilhas Virgens (40,0/100.000), Guatemala (38,7/100.000), Venezuela (36,4/100.000) e Brasil (27,4/100.000).

Ainda segundo o autor acima, mesmo os países com baixas taxas de homicídio na América Latina encontram-se em posição intermediária ou de violência elevada quando comparados a países de outras regiões do mundo. Por exemplo, a taxa de 5,2 homicídios por 100 mil habitantes do Uruguai, o situa na 35ª posição na classificação internacional, posicionando-o, no grupo das taxas moderadas e bem acima das taxas de países da Europa ou da Ásia (menores que 2 homicídios por 100.000 habitantes).

O Brasil ocupa, em 2012, a sétima posição mundial. No ano de 1999 o Brasil ocupava o 2º lugar mundial imediatamente atrás da Colômbia. Não se pode interpretar a sétima posição como uma melhoria, já que foi devida ao explosivo aumento da violência nos outros países da América Central e América do Sul.

A taxa de homicídios no Brasil é 274 vezes maior do que Hong Kong, 137 vezes maior do que o Japão e Inglaterra e 91 vezes maior do que o Egito e da Sérvia (WAISELFISZ, 2012). No Brasil, país oficialmente sem disputa territorial, guerras ou enfrentamentos religiosos, morreram 206.005 pessoas de 2008 a 2011 (período de quatro anos), número bem maior do que os doze conflitos armados ocorridos no mundo entre 2004 a 2007 (período de quatro anos).

3.3 Homicídios no Brasil

O homicídio é a causa que mais contribuiu para o crescimento da mortalidade por violência e acidentes no Brasil. Em 1980 as causas externas eram responsáveis por 52,9% do total de mortes de jovens de 15 a 29 anos no país. Em 2011, 73,2% das mortes nos jovens ocorreram por causas externas, sendo que o total de vítimas de homicídios nesse ano foi de 52.198 mortes (em média 143 por dia) (SILVA, BRITO ET AL., 2013).

Entre os anos de 1999 e 2011 morreram no país 1.145.908 vítimas de homicídio. As taxas de mortalidade para o conjunto da população caíram 3,5%, porém as mortes por causas externas aumentaram 28,5%, principalmente os homicídios, que aumentaram 132,1%. Em 1980 a taxa era de 11,7 homicídios/100.000 habitantes aumentando gradativamente até o ano de 2003. A partir de 2003 a 2007 houve decréscimo devido principalmente as unidades da federação mais populosa (São Paulo e Rio de Janeiro). A partir de 2007 houve reinício de escalada da violência (DUARTE, GARCIA ET AL., 2012).

No período de 2001 a 2011, a única região do país que apresentou declínio em suas taxas é a região Sudeste, onde os índices caem pela metade, devido aos estados de São Paulo (com queda desde 1999) e do Rio de Janeiro (com queda desde 2003). No restante do país as taxas crescem, principalmente no Norte (aumento de 75,9% entre 2001 a 2011) e Nordeste (aumento de 66% entre 2001 a 2011) (GAWRYSZEWSKI, SANHUEZA ET AL., 2012).

3.4 Grupos de maior vulnerabilidade

A distribuição da morbi-mortalidade por violência interpessoal além de apresentar diferenciais por gênero e faixa etária, também passa por influências étnicas e de classe social. As vítimas preferenciais são homens e jovens, são negros ou descendentes dessa raça, moradores das áreas periféricas e pobres das grandes cidades. Em geral possuem baixo ou nenhum grau de escolaridade e de qualificação profissional (PIMENTA, 2012).

No ano de 2000, as mortes masculinas representaram 91,2% do total das mortes por homicídio no Brasil, com taxa de 43,3/100.000 habitantes, tendo crescido 28,8% na década de 1990. Já as mulheres constituíram 8,7% desses eventos fatais, com taxa de 4/100.000 e crescimento de 16,2%. (GAWRYSZEWSKI, KOIZUMI ET AL., 2004).

Waiselfisz (2012) corrobora o perfil traçado por Souza & Minayo, ao verificar que para o ano de 2004, 92,1% das mortes por homicídio no Brasil eram de homens, essa mesma proporção foi observada em 2007. Nesse ano, a taxa feminina (3,0/100.000 mulheres) foi extremamente baixa. Embora os homicídios contra as mulheres sejam menos freqüentes, entre 2001 e 2011, a taxa aumentou 17,2%.

Os homicídios contra mulheres possuem dinâmicas diferentes dos homicídios contra homens, pois a residência no caso das mulheres em geral é o local da agressão, possuindo o agressor e o agredido, convivência familiar (SOUZA, 2005).

Em 2011 os negros passaram a representar 71,4% das vítimas. O sistema de informações de mortalidade do Ministério da Saúde iniciou a divulgação de seus dados em 1979, mas só em 1996 começou a oferecer informações referentes à raça/cor das vítimas, porém, com elevados níveis de subnotificação. Até 2002 a cobertura dos dados de raça/cor foi deficitária, motivo pelo qual se julgou procedente começar a analisar essas informações a partir de 2002, quando a cobertura alcançou um patamar considerado razoável: acima de 90% dos registros de homicídio com identificação da raça/cor da vítima (MELLO JORGE, LAURENTI ET AL., 2007).

É necessário esclarecer que a categoria Negro utilizada resulta do somatório das categorias Preto e Pardo utilizadas pelo IBGE. Podemos observar uma acentuada tendência de queda do número absoluto de homicídios na população branca e de aumento nos números de vítimas na população negra. E essa tendência se observa tanto no conjunto da população e de forma bem mais pronunciada na população jovem (MUNIZ, 2012).

Pode-se verificar que no conjunto da população o número de vítimas brancas caiu de 18.867 em 2002 para 13.895 em 2011, o que representou um significativo decréscimo de 26,4%. Já as vítimas negras cresceram de 26.952 para 35.297 no mesmo período, isto é, um aumento de 30,6%. Assim, a participação branca no total de homicídios do país caiu de 41% em 2002 para 28,2% em 2011. Já a participação negra, que já era elevada em 2002, (58,6%) cresce mais ainda e chega em 71,4%. Com esse diferencial a vitimização negra passa de 42,9% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 42,9% mais vítimas negras que brancas – para 153,4% em 2011, num crescimento contínuo, dessa vitimização (NÓBREGA JR, ZAVERUCHA ET AL., 2011).

Já na população jovem, de 15 a 24 anos de idade, o progresso é semelhante, mas acontece de forma bem mais intensa. O número de homicídios de jovens brancos caiu de 6.596 em 2002 para 3.973 em 2011, representando queda de 39,8%, bem maior que a do conjunto da população que foi de 26,4%. Já as vítimas negras entre os jovens cresceram de 11.321 para 13.405, isto é, um aumento de 24,1%. A participação dos jovens brancos no total de homicídios juvenis do país caiu de 36,7% em 2002 para 22,8% em 2011. Já a participação dos jovens negros, que já era muito elevada em 2002: 63% cresceu ainda mais, indo para 76,9%. Dessa forma, embora os índices de homicídio do país nesse período estagnaram ou mudaram pouco, houve uma associação crescente entre homicídios e cor da pele das vítimas, pela concentração progressiva da violência acima da população negra e, de forma muito especial, nos jovens negros. E o que alarma mais ainda é a tendência crescente dessa mortalidade seletiva (ABRAMOVAY, FEFFERMANN ET AL., 2012; BORGES E SCHOR, 2005).

Verifica-se que os negros tiveram maior perda de anos potenciais de vida, maior número médio de anos não vividos e morreram, em média, em idades mais

precoces por homicídios, acidente de trânsito e demais causas externas, corroborando o perfil já mencionado de predominância de homens jovens, negros ou pardos como as maiores vítimas de homicídios (MOTAI, DE ARAÚJOI ET AL., 2009).

Por outro lado, ao se estudar o risco de morte por homicídio para negros em relação a não negros na região metropolitana de São Paulo, encontrou-se que quando ajustado pelas variáveis, escolaridade (como uma aproximação da renda), sexo e idade da vítima, o risco deixa de ser significativo, indicando que a probabilidade de uma pessoa jovem do sexo masculino com baixa escolaridade ser vítima é a mesma para negros ou não negros (ARAUJO JUNIOR E SHIKIDA, 2012; KILSZTAJN, CARMO ET AL., 2005).

3.5 Principais meios de se cometer agressões

Os três principais meios de perpetrar agressão que levaram à internação são: (a) arma de fogo, com a taxa de 6,7 / 100 mil habitantes e a proporção de 33,2% de todas as hospitalizações por agressão; (b) objetos cortantes e penetrantes, com taxa de 5,3 / 100 mil habitantes e a proporção de 26,4%; e (c) força física, 3,0 / 100 mil habitantes 14,8% respectivamente. As agressões por arma de fogo foram responsáveis pela causa de internação com maior taxa de mortalidade hospitalar (9,7 por cem internações) e o maior custo médio (R\$ 892,38). Esse custo é 34,4% mais elevado que o devido a todas as outras formas de agressão (MINAYO, 2013).

Torna-se importante mencionar o papel das armas de fogo no contexto das mortes por homicídio, pois de acordo com documento da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2002), acima de 60% dos homicídios que ocorreram em áreas urbanas foram cometidos com o uso desses aparatos. A partir de informações sobre 52 países com rendas alta e média, estima-se que cerca de 115.000 pessoas morreram por ferimentos causados por arma de fogo em um dos anos da década de 1990. Desses óbitos, 79.000 (69%) foram homicídios e mais de 80% das mortes vitimaram homens, principalmente nas faixas dos 15 aos 44 anos de idade (SOUZA, MELO ET AL., 2012).

Nos anos 1990, as armas de fogo mataram quase o mesmo número de pessoas que os acidentes de trânsito no Brasil. Foram registrados 15.460 homicídios por arma de fogo, em 1991, e 30.855 em 2000. Em termos proporcionais, o uso desses instrumentos nessas questões fatais passou de 50,3% em 1991 para 68% em 2000, as taxas tendo crescido de 10,5 para 18,2 por cem mil habitantes (MINAYO E CONSTANTINO, 2012).

A contribuição das armas de fogo nas mortes por homicídio foi maior no Nordeste (sobretudo em Pernambuco) e no Sudeste do país (especialmente no Rio de Janeiro), onde ultrapassaram os acidentes de trânsito. A diferença das taxas de homicídios por armas de fogo diz respeito às peculiaridades de cada região. Aspectos sociais e culturais influenciam diretamente no uso de tal artifício, por exemplo, na região Norte, onde existem muitos indígenas e agricultores, vemos uma maior participação de armas brancas, ao contrário de regiões como a Sudeste e Sul, onde o acesso a armas de fogo se dá de maneira mais fácil (BARREIRA, LIMA ET AL., 2013).

Ainda de acordo com essas autoras, no país o crescimento da taxa de mortalidade por armas de fogo, em todos os eventos fatais, foi de 38%, passando de 14 por 100 mil habitantes em 1991, para 19,4 por 100 mil habitantes em 2000. O incremento se deu em quatro das cinco grandes regiões do país, sendo exceção a Região Norte. As mais altas taxas encontravam-se no Sudeste e Centro-Oeste.

3.6 Diferenciais regionais dos homicídios no Brasil

Devido às diferenças regionais existentes no Brasil, os fatores determinantes para a ocorrência dos homicídios são específicos para cada local, sendo diferentes em sua evolução e magnitude, entre regiões, estados e até mesmo entre cidades. As unidades de análise em sua maioria são bastante heterogêneas, tendo sua própria e específica identidade política, cultural e econômica (LIMA, XIMENES ET AL., 2005).

Os fatores determinantes dos homicídios são múltiplos, variam de local para local, e não devem ser nunca reduzidos à relação de causa-efeito. Podemos citar como exemplo os homicídios que ocorrem na Região Norte que possuem especificidades completamente diferentes das que ocorrem na Região Sudeste. Mesmo dentro da mesma região as dinâmicas são diferentes, os fatores ligados aos homicídios na região Norte não explicam o crescimento dos homicídios em todas as cidades, por exemplo municípios de fronteira possuem complexos e graves problemas ligados à ocupação recente e à desativação de áreas de garimpo. (DRUMOND JÚNIOR, 1999).

3.7 Crime e homicídio: fatores causais

São muitos os fatores associados aos homicídios, todavia não podemos deixar de vê-los de maneira interligada, pois embora façam parte de um contexto amplo também possuem aspectos particulares. Os trabalhos atuais, em sua maioria, tratam o tema através de variáveis sociais, demográficas e econômicas, colocando a desigualdade social como importante combustível para o aumento dos homicídios (BEZERRA, MELO ET AL., 2012).

As dificuldades de acesso a serviços públicos, como hospital, escola e de justiça; a elevada densidade domiciliar, a ineficácia das instituições de segurança e de justiça e o crescimento do mercado ilegal de drogas e de organizações criminosas são apontados como determinantes cada vez mais preponderantes. Além do impacto social negativo gerado por frustrações em razão da pobreza e desigualdade, há também a concentração de famílias fraturadas e a segregação racial, étnica ou de classe social associadas a pequeno grau de controle social, menor presença da polícia, alto consumo de álcool e outras drogas, acesso a armas de fogo como fatores importantes no processo de geração de violência (NÓBREGA, 2011).

3.7.1 Indicadores socioeconômicos

As imensas desigualdades estruturais e sociais são apontadas como importantes determinantes relacionadas ao crescimento da violência em geral e dos homicídios em particular no Brasil, acirradas pelas elevadas taxas de desemprego dos anos 1980. Diferentes teorias indicam que fatores de vizinhança ou de contexto poderiam estar associados com a mortalidade por homicídio apontando como possíveis razões a concentração da pobreza e as desigualdades econômicas impedindo ou frustrando a realização de objetivos, o acesso a bons empregos e a boa remuneração, e gerando condições sociais com resultado negativo nas condições de vida dos moradores (BARATA ET AL., 2008).

Em particular, considera-se a renda e a desigualdade de renda. De fato, sobre o papel dessas variáveis para condicionar crimes existe uma larga tradição nas abordagens de fundo sociológico. Conforme, a baixa obtenção de renda relativa, para indivíduos residentes numa localidade, representaria um indicador de barreiras estruturais ao acesso universal dos meios econômicos para atingir o ideal de sucesso. A frustração e o stress gerado pela privação relativa constituiriam os principais motivos para cometer crimes, inclusive os que resultam em homicídios por razões interpessoais ou interesses econômicos (NERI, YASSUDA ET AL., 2013).

Vários autores que se basearam nessa abordagem teórica documentaram empiricamente a relação entre desigualdade de renda e crimes violentos. A abordagem racional do crime, que centra a tensão na análise do benefício e custo esperado de cometer crimes, também imputou grande ênfase ao papel da renda e da desigualdade de renda. Existem basicamente dois conjuntos de fatores que condicionam o comportamento do potencial criminoso. De um lado, a favor do crime, inserem-se as oportunidades no mercado criminal que tem relação com a desigualdade de renda. Jogando contra o crime existem fatores como o salário no mercado de trabalho legal (que constitui o custo de oportunidade para participar do mercado criminal) e os elementos dissuasórios (deterrence), como a eficiência do aparelho policial, a probabilidade de punição e a dureza das penas (BLAU E BLAU, 1982).

Vários estudos empíricos sob orientação da escolha racional foram feitos, em que se investigou a relação do crime com: renda, desigualdade, dissuasão policial, demografia e urbanização, entre outras variáveis (SILVEIRA CAMPOS, 2010).

Por outro lado foram identificados três grupos de fatores protetores de violência: atributos pessoais, como inteligência, auto-estima e sensibilidade; relações familiares calorosas, responsivas e responsáveis; e referências extra familiares ou suporte de adultos que forneçam modelos de identificação positivos (MELLO-SILVA, BRASIL ET AL., 2012).

Há um paralelo entre educação e saúde, reforçando que estudos mostram que níveis elevados de educação estão associados a níveis melhores de saúde com hábitos mais saudáveis e adoção de práticas preventivas, ou seja, desigualdades na educação colaboram para que existam desigualdades na saúde e vice-versa (MINAYO E SOUZA, 1998).

Na atualidade, os estudos tentam analisar a existência de relação entre a mortalidade por homicídios e uma série de indicadores de desenvolvimento socioeconômico, com o objetivo de responder à questão sobre a existência ou não de associação entre a pobreza e os homicídios. Essa tese é bastante contestada em muitos estudos, porém a discussão não está terminada e existem muitas controvérsias a esse respeito. Mesmo assim argumenta-se que não se pode deixar de reconhecer a persistência da concentração da riqueza, a precária qualidade de vida nos bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência letal (PERES, DE ALMEIDA ET AL., 2012).

Analisando as múltiplas e complexas teorias para o fenômeno, Kleinschmitt (2011), cita vários trabalhos, nos quais se chega à conclusão que, de fato, sempre foi muito difícil desvendar a associação pobreza, renda e desigualdade, em relação às taxas de homicídio, especialmente quando se trabalha com dados agregados. Os referidos autores concluem que a força da relação entre as variáveis pode variar de acordo com os níveis de análise, em função de fatores particulares num ou noutro nível. Alguns investigam a associação entre variáveis socioeconômicas e taxas de homicídio no estado de Pernambuco, considerando a localização espacial dos indicadores. A variável dependente foi taxa de homicídio da população masculina de 15 a 49 anos, residente nos municípios do estado de Pernambuco,

de 1995 a 1998. As variáveis independentes foram: índice de condições de vida, renda familiar por capita, desigualdade de Theil, índice de Gini, renda média do chefe de família, índice de pobreza, taxa de analfabetismo e densidade demográfica. Dessa forma, os autores investigaram sobre as relações entre desigualdade e homicídios. Esses autores encontram associação direta entre as variáveis que expressam desenvolvimento socioeconômico e os homicídios, ou seja, quanto melhor a condição socioeconômica de local, maiores foram as taxas de homicídio (KLEINSCHMITT, WADI ET AL., 2011).

Também buscou-se avaliar as associações entre pobreza e/ou desigualdade com os homicídios, utilizaram como desfecho a taxa de homicídio e com variáveis de exposição, as do tipo socioeconômicas, demográficas e de infraestrutura urbana, como por exemplo, a média de moradores por domicílios, a densidade demográfica, os equipamentos culturais, o produto interno normal bruto per capital, a produção primária, a Indústria, dentre outras. Encontrou-se que em municípios com a presença de equipamentos culturais, como cinema, teatro, as taxas de homicídios eram menores que em municípios sem a presença desses equipamentos (CARDIA, 2013).

Da mesma forma, mudanças culturais também podem estar associadas ao fenômeno. Ocorreram no Brasil fortes transformações de valores que podem levar ao uso da violência como forma de resolução dos conflitos pela população, como a falta de garantia de direitos civis e sociais, confrontada com estímulos de consumo. Em razão do fenômeno da violência ser altamente complexo, vários estudos mostram-se contraditórios no que diz respeito às relações entre desigualdades socioeconômicas e os homicídios, pois nem sempre os achados são corroboram a literatura existente (LIMA ET AL. 2005).

3.7.2 Indicadores Criminógenos

Considera-se como elementos criminógenos discutidos na literatura a demanda por drogas ilícitas, por bebidas alcoólicas e por armas de fogo. O aumento nos últimos anos da ação do crime organizado, tendo como grande financiador o tráfico de drogas, que se utiliza de maneira cada vez mais freqüente das armas de fogo, conseguidas através do tráfico, colaborou para o aumento dos óbitos por homicídio. As drogas psicoativas ilícitas se relacionam com os crimes violentos, e em particular com os homicídios, potencialmente, como consequência de seus efeitos psicofarmacológicos; da compulsão econômica; e sistêmicos. Enquanto nas duas primeiras categorias a violência é perpetrada pelo próprio usuário de drogas, no último caso essa é associada à proibição, à coerção do Estado, à disputas pelo controle do mercado de drogas ilícitas, e à mecanismos para garantir a executabilidade de contratos (MOREIRA, VIEIRA ET AL., 2013).

Conforme já documentado por inúmeros estudos, os efeitos tóxicos do uso prolongado de drogas ou de sua dosagem excessiva podem levar o indivíduo à irritabilidade, comportamentos violentos, delírios persecutórios e psicoses. Ainda assim, são poucas as evidências empíricas que atribuem ao uso das drogas e de seus efeitos emocionais e mentais sobre os indivíduos a causa da violência. Por outro lado, é possível que a presença de variáveis omitidas, como o comportamento desviante do indivíduo, seja o fator que leva a atos de violência e, simultaneamente, ao consumo e dependência de drogas. Os crimes violentos associados à compulsão econômica derivam da necessidade dos usuários obterem os recursos necessários para manter o consumo, na ausência ou esgotamento de suas posses legítimas. Contudo, segundo as evidências disponíveis, os crimes com motivação econômica levados a cabo pelos usuários não são violentos (GOLDSTEIN E HIGGINS-D'ALESSANDRO, 2000).

A vizinhança do Brasil com países produtores de drogas, como a Colômbia e Bolívia, bem como a possibilidade de uso da infraestrutura de transportes e comunicações colocaram o país na rota do narcotráfico. Além disso, há vários outros fatores estruturais e conjunturais que vêm contribuindo para o florescimento dessas atividades no País: a fragilidade dos aparatos do Estado, a insegurança das fronteiras e, sobretudo, uma endêmica corrupção que contamina as estruturas de

gestão do Estado, sob o lapso deixado pelo lento e mau funcionamento do sistema judiciário. A facilidade de absorção do dinheiro proveniente de atividades ilícitas mostra a falta de mecanismos regulatórios eficazes de controle do sistema financeiro, dentre outros (SANTOS, 2011).

Os jovens que se inserem no narcotráfico, vêem a possibilidade de conseguir atingir condições financeiras que pelos meios legais do trabalho não conseguiriam obter, em razão da baixa escolaridade. A atividade ilegal do tráfico de drogas propicia dinheiro rápido e fácil, o que é fator de atração para esta parcela da população, uma vez que, sem oportunidades de se especializar, através de escolas profissionalizantes e conseqüentemente não conseguem obter posições melhores no mercado de trabalho. E ainda, considerando a hipótese de que o aumento da violência esteja principalmente ligado ao crime organizado em torno do tráfico de drogas, é possível que este tenha mais facilidade de se instalar em áreas onde a presença do Estado é menor, coincidindo com áreas de menor renda (ABRAMOVAY, FEFFERMANN ET AL., 2012).

Os fatores sistêmicos dizem respeito aos elementos ocasionados pela interação entre proibição e coerção do Estado para suprimir o mercado de drogas. A renda econômica gerada constitui o incentivo para que firmas e traficantes rivais disputem o mercado, utilizando como instrumento a violência. Além dos homicídios que podem resultar das guerras entre as gangues e grupos rivais, a ausência de contratos executáveis em corte faz com que a violência e o medo funcionem como o principal instrumento para disciplinar comportamentos desviantes e fraudes levadas a cabo pelos próprios participantes de um mesmo grupo; para retaliar; para garantir a punição de devedores; e, de modo geral, para alinhar os interesses e garantir os “direitos de propriedade” das firmas instaladas. Há também a violência levada a cabo pelo próprio Estado, que pode fazer vítimas que participam ou não do mercado ilegal (SANTOS, 1999).

Existem os efeitos indiretos que contribuem para o aumento da violência, conforme discutido por Benson e Rasmussen (1991), que arguiram que a violência gerada pelos fatores sistêmicos deslocam a alocação de recursos policiais para coibir as atividades do tráfico de drogas, fazendo com que menos recursos sejam orientados para prevenir e controlar outros tipos de crime, o que faz diminuir a

probabilidade de aprisionamento desses delitos. Por outro lado, para que o negócio de drogas ilícitas continue operando, muitas vezes, a renda aí gerada é compartilhada com agentes do próprio sistema de justiça criminal, na atividade de pagamento de propinas. Com a corrupção dominando segmentos policiais, a produtividade do trabalho de polícia fica comprometida, fazendo com que as taxas de aprisionamento e de elucidação de crimes tornem-se ainda menores, o que estimula os demais segmentos criminais (BENSON, RASMUSSEN ET AL., 1995).

Aproximadamente, 74% dos homicídios são devidos a fatores sistêmicos. Há evidências da relação entre crimes violentos e os efeitos sistêmicos associados à proibição e combate às drogas, com forte elasticidade entre o tráfico de drogas e crimes violentos, melhor do que decorrente dos efeitos psicofarmacológicos e de compulsão econômica pelo uso de drogas (NASCIMENTO, CARDOSO ET AL., 2011).

No que diz respeito especificamente às bebidas alcoólicas, basicamente três estratégias de investigação foram tomadas pelos pesquisadores que procuraram relacionar a sua ingestão à violência e, em particular, aos homicídios. Alguns autores procuraram analisar as características situacionais associadas aos incidentes envolvendo a ingestão de álcool e homicídios. Outros investigaram a relação entre o consumo de álcool e homicídios a partir de uma análise quantitativa com dados agregados por localidade. Por fim, em alguns poucos trabalhos, se explorou eventuais mudanças de legislação para tentar identificar a relação causal entre consumo de álcool e homicídios (DEARDEN E PAYNE, 2009).

Como citam Souza & Minayo (2005), boa proporção dos homicídios, à moda antiga, acontece por causas banais, na vida cotidiana rotineira, por um tipo de violência exercida nas atividades de lazer, em locais onde o consumo de álcool é maior, como é o caso dos bares, dos jogos de futebol e dos bailes – sobretudo os instalados nas periferias das áreas metropolitanas.

A relação entre a prevalência das armas de fogo e crimes tem sido objeto de inúmeras investigações ao longo das últimas décadas. Alguns estudos procuraram evidenciar a correlação positiva entre armas, suicídios e homicídios. Por exemplo, Lester (1993) encontrou que, com base em informações de 16 nações européias, existe uma alta correlação entre homicídios por Perfuração de Arma de Fogo (PAF)

e duas medidas de *proxy* de difusão de armas de fogo nos países, sendo elas a proporção de suicídios por PAF e a taxa de acidentes fatais envolvendo o uso de armas de fogo (LESTER, 1993).

3.7.3 Indicadores do sistema de segurança pública

Considerando algumas variáveis que estão associadas ao funcionamento do sistema de justiça criminal para conter e prevenir o crime, entre as quais se inserem o efetivo policial, as despesas reais em segurança pública e a taxa de encarceramento. Desde os anos 1970, vários autores procuram estimar a correlação entre polícia e crime e não conseguiram demonstrar que a provisão de efetivo policial levaria ao aumento do aprisionamento e à diminuição da criminalidade. Contudo, uma questão central não resolvida por todos os estudiosos que procuraram até então estimar o efeito do policiamento diz respeito ao problema de endogeneidade motivado não apenas pela omissão de variáveis relevantes, mas ainda pelo problema de simultaneidade, tendo em vista que os gestores da segurança pública respondem ao aumento do crime. Para contornar tais problemas de endogeneidade desenvolveu-se uma estratégia de identificação com o uso de variáveis instrumentais e obteve estimativas da elasticidade do efetivo policial per-capita em relação aos crimes violentos e aos crimes contra o patrimônio. É interessante notar que vários autores que buscaram identificar a relação entre crimes e polícia, encontram elasticidades bastante próximas (ZILLI E VARGAS, 2013).

Por fim a taxa de encarceramento, que adviria dos canais incapacitação dos criminosos aprisionados e dissuasão ao crime para potenciais perpetradores. Grande parte do combate e redução dos crimes nos Estado Unidos ocorreu devido a políticas de segurança baseadas na correção rápida e efetiva dos crimes contra a vida. No entanto com isto a população carcerária e os custos cresceram vertiginosamente. Novamente, a grande dificuldade de se mensurar os efeitos do encarceramento se relaciona também aos problemas de endogeneidade (SCHOENFELD, 2010).

3.8 Modelo teórico

Do ponto de vista econômico, a investigação das variáveis explicativas da criminalidade ganhou arcabouço teórico com os estudos desenvolvidos por Becker (1968) e Ehrlich (1973). A partir de então, essa questão passa a ser analisada com o intuito de identificar esses determinantes, compreender e sugerir medidas de políticas públicas que possam contribuir para prevenir e combater a criminalidade.

Para Santos e Kassouf (2008), a teoria notória que tem investigado as causas da criminalidade refere-se à teoria econômica da escolha racional, formulada por Becker (1968), o qual propõe que o crime, apesar de ser ilegal, seja considerado como uma atividade econômica. A estrutura do modelo é fundamentada na hipótese da racionalidade do potencial ofensor, em que se pressupõe que, agindo racionalmente, uma pessoa possa cometer um crime se e somente se a utilidade esperada por essa prática superar a utilidade que teria caso alocasse seu tempo e demais recursos em outras atividades. Desta forma, alguns indivíduos tornam-se criminosos não devido às suas motivações básicas serem diferentes de outros, mas porque seus custos e benefícios são distintos de outras pessoas.

Em outros termos, para Beker (1968), a decisão de cometer ou não o crime estaria em função da maximização de utilidade esperada, em que o indivíduo confrontaria os potenciais ganhos decorrentes da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento com o custo de oportunidade de praticar o crime, que corresponde ao salário alternativo no mercado de trabalho. Portanto, um indivíduo i escolherá a atividade ilegal em detrimento da legal quando se verifica a seguinte condição (SILVA ET AL., 2011):

$$(1 - pr) * U(l_i - c_i - M_i^*) - pr * U(pu) > U(w_i)$$

Em que: l_i refere-se ao valor monetário do crime; c_i , o custo de planejamento e execução do crime; M_i , o custo moral; pr , probabilidade de captura e condenação; pu , valor monetário do castigo; e w_i , custo de oportunidade.

Segundo Silva et al. (2011), a correlação entre o comportamento maximizador do indivíduo e a tendência deste ser criminoso é apontada na

literatura econômica que trata desta temática. Entretanto, também devem considerar como determinantes da criminalidade a desigualdade de renda e o nível de pobreza como potencializadores dessa escolha.

Nesse contexto, Ehrlich (1973), citado por Cerqueira e Lobão (2003), amplia a versão inicial do modelo proposto por Becker para avaliar a alocação ótima do tempo em torno do mercado criminoso ou legal. Ademais, investigou os efeitos resultantes da distribuição de renda sobre o crime, sobretudo, aos crimes contra a propriedade, em que um fator determinante seria a oportunidade oferecida pelas vítimas potenciais.

Além da desigualdade da renda, Nascimento et al. (2011) indicam que as variáveis relativas à renda familiar per capita, o acesso aos programas de bem-estar social, a eficiência da polícia, o adensamento populacional, a magnitude das punições, a inércia criminal, o aprendizado social e a educação aparecem com frequência em trabalhos empíricos como explicativas da criminalidade.

4 MÉTODO

4.1 Desenho do estudo

4.1.1 Abordagem e tipo de estudo

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa, tipo ecológico transversal, analítico.

4.1.2 Local do estudo e população

Estudo que considerou como unidades de análise os estados e o Distrito Federal. O estabelecimento dos estados deve-se ao fato de que todas as variáveis obtidas para os grupos de fatores criminógenos e de segurança pública estarem disponíveis em nível estadual e não municipal, perde-se no modelo econométrico estatístico, porém abre-se o leque de variáveis observadas.

4.1.3 Coleta de dados

As informações sobre os óbitos por agressões e as variáveis a elas relacionadas foram obtidas do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e da Secretaria Nacional de Segurança Pública. As informações socioeconômicas e demográficas das Unidades da Federação são provenientes das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). As informações sobre o Sistema de Segurança Pública foram fornecidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Foram considerados os eventos denominados como agressões, agrupamento X85 a Y09, que foram extraídos do capítulo XX da CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, 10ª Edição de Novembro de 2006), classificados como “causas externas de morbidade e mortalidade”.

As taxas de homicídios foram calculadas utilizando o número de homicídios em 2012, por local de residência da vítima (em razão de não ser possível obtermos taxas para óbitos por ocorrência do homicídio) e a população geral estimada de cada estado e do Distrito Federal, para o ano de 2012, extraída do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.2 Variáveis do estudo

Foi considerada variável dependente a taxa de homicídios.

As variáveis independentes consideradas foram divididas em três grupos. Esta divisão foi adotada por concentrar em blocos distintos fatores não diretamente associados. Os indicadores do grupo 1 foram utilizados pois constituem os que mais aparecem nos estudos sobre homicídios. Os indicadores dos grupos 2 e 3 são variáveis pouco utilizadas nos estudos brasileiros e justamente foco do objetivo da pesquisa.

1. Indicadores socioeconômicos: proporção de pobres, percentual de pessoas com renda domiciliar inferior a linha da pobreza, percentual de pessoas com renda domiciliar inferior a extrema pobreza, coeficiente de desigualdade social (Gini), taxa de fecundidade, percentual da população em domicílios com água encanada, razão entre a população de 11 a 14 anos que estava frequentando a escola e a população total, razão entre a população de 18 a 20 anos que já concluiu o ensino médio e a população total, IDH renda, IDH educação.
2. Indicadores do sistema de segurança pública: taxa de punibilidade, taxa de efetivo policial da polícia militar e civil, despesa percapta em segurança pública e percentual das despesas em segurança pública no total de despesas realizadas.
3. Indicadores Criminógenos: ocorrências por tráfico de drogas, ocorrência por posse e uso de entorpecentes, ocorrências por porte ilegal de arma de fogo.

Quadro 1- Variáveis e suas descrições

Variável	Descrição
Proporção de domicílios com renda per capita inferior à linha da pobreza	Percentual dos domicílios onde a população recebe menos de US\$2,00 per capita (IPEA, 2012).
Proporção de domicílios com renda per capita inferior à linha da pobreza	Percentual dos domicílios onde a população recebe menos de US\$1,00 per capita (IPEA, 2012).
Percentual de pobres	Proporção dos indivíduos com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo em relação à soma total de todos os indivíduos com renda familiar per capita em todas as faixas de renda no ano de 2012 (IBGE, 2012).
Coeficiente de desigualdade social (Gini)	Índice que varia de 0 a 1, onde 0 é a igualdade de renda e 1 a desigualdade (IPEA, 2012).
Taxa de fecundidade	Número médio de filhos em mulheres de 15 a 49 anos (IBGE, 2012)
Percentual da população em domicílios com água encanada	Percentual de famílias com água encanada em relação ao total de família (IPEA, 2012).
Razão de escolaridade em nível fundamental	Razão entre a população de 11 a 14 anos que estava frequentando a escola e a população total (IBGE, 2012).
Razão de escolaridade em nível médio	Razão entre a população de 18 a 20 anos que já concluiu o ensino médio (IBGE, 2012).
IDH renda	O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento e levando em

	consideração a renda per capita (IBGE, 2012).
IDH educação	O índice varia de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento e levando em consideração a escolaridade e a frequência escolar (IBGE, 2012).
Taxa de punibilidade	Número de aprisionados divididos pelo número de homicídios (Ministério da Justiça, 2012).
Taxa de efetivo da polícia militar	Número de policiais militares dividido pela população (Ministério da Justiça, 2012).
Taxa de efetivo da polícia civil	Número de policiais civis dividido pela população (Ministério da Justiça, 2012).
Despesa per capita em segurança pública	Despesa em reais pelo governo estadual dividido pela população (Ministério da Justiça, 2012).
Percentual da participação das despesas em segurança pública no total das despesas	Total das despesas estaduais dividido pelo total de despesas x 100 (Ministério da Justiça, 2012).
Taxa de ocorrência por tráfico de drogas	Calculado a partir da quantidade de termos de ocorrência por tráfico de drogas de acordo com a população (Ministério da Justiça, 2012).

Taxa de ocorrência por posse e uso de entorpecentes	Calculado a partir da quantidade de termos de ocorrência por posse e uso de entorpecentes de acordo com a população (Ministério da Justiça, 2012).
Taxa de ocorrências por porte ilegal de arma de fogo	Calculado a partir da quantidade de termos de ocorrência por porte de armas de fogo de acordo com a população (Ministério da Justiça, 2012).

4.3 Análise dos dados

Na primeira etapa foram construídos os seguintes gráficos e tabelas:

- Série temporal da taxa de homicídios no Brasil de 2002 a 2012;
- Quadro por estados com as taxas de homicídios de 2002 a 2012;
- Série temporal da taxa de homicídios por regiões de 2002 a 2012;
- Mapa comparativo entre as taxas de homicídios por estados em 2002 e 2012;
- Gráficos comparativos das taxas de homicídios por estados (por região) em 2002 e 2012;
- Série temporal da taxa de homicídios no Brasil na população jovem de 2002 a 2012

- Série temporal da proporção de homicídios no Brasil de acordo com a cor de pele de 2002 a 2012;

Na segunda etapa foram construídos gráficos e regressões simples entre a taxa de homicídios e cada variável explicativa isoladamente, com indicação do nível de significância. Esse relacionamento foi do tipo linear (equação da reta ou do plano) ou não linear (equação exponencial, geométrica, etc.).

A relação entre as variáveis foi direta (ou positiva) quando os valores das taxas de homicídios aumentaram em decorrência da elevação dos valores das variáveis. Foi inversa (ou negativa) quando os valores das taxas de homicídios variaram inversamente em relação aos das variáveis.

Os valores obtidos representaram os parâmetros da equação de regressão que minimizou as diferenças entre os valores de levantados e os de estimados pela regressão. Portanto, foi ajustado em uma linha que melhor se adeque à nuvem de dados para calcular os parâmetros da equação de regressão.

Em seguida foi calculado o coeficiente de correlação e de determinação de cada fator, expresso no gráfico.

O coeficiente de determinação é interpretado como a proporção de variação total da variável dependente taxa de homicídios que é explicada pela variação da variável independente analisada. Foi calculado com o quadrado do coeficiente de correlação.

4.4 Aspectos éticos

O estudo se desenvolveu com base em dados secundários, já consolidados, de ampla divulgação pública, não individualizados sem a necessidade direta de envolvimento de seres humanos para a coleta dos referidos, sendo assim desnecessário o envio ao comitê de ética.

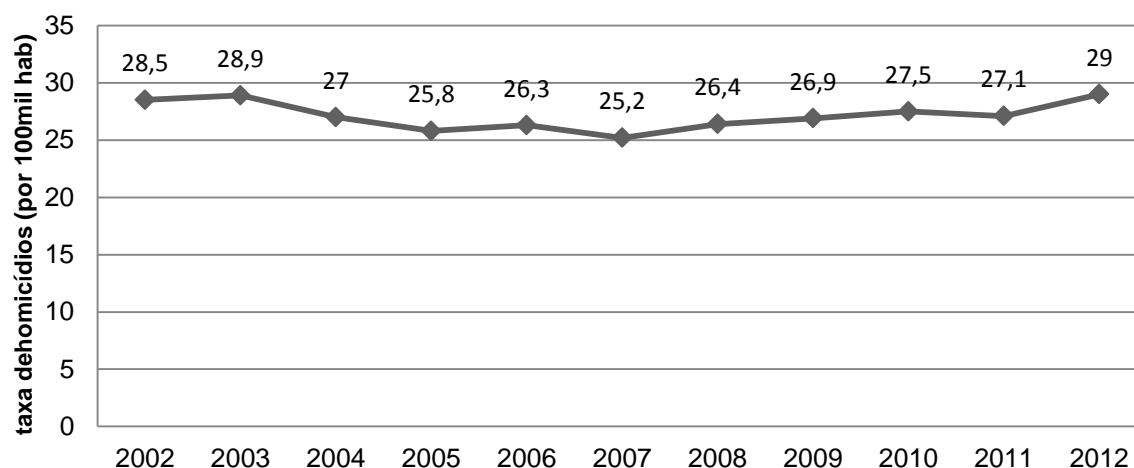
Ademais, as informações contidas nesse estudo e os seus respectivos resultados serão utilizados para fins de estudo e divulgados por meio de trabalhos em congressos, publicação de artigos científicos e defesa da dissertação, na conformidade da ética aplicada a pesquisa científica.

5 RESULTADOS

Verificando a evolução temporal da violência homicida no conjunto da população das Unidades da Federação no período 2002/2012 evidencia-se uma relativa estabilização.

É possível verificar que houve uma discreta diminuição até 2007, e a partir do ano seguinte apresenta um leve crescimento (Figura 1).

Figura 1. Taxas de homicídio (por 100mil habitantes). Brasil. 2002/2012.



Mas essa aparente estabilidade não acontece de forma linear ao longo do período, nem de forma homogênea nas diversas áreas do país.

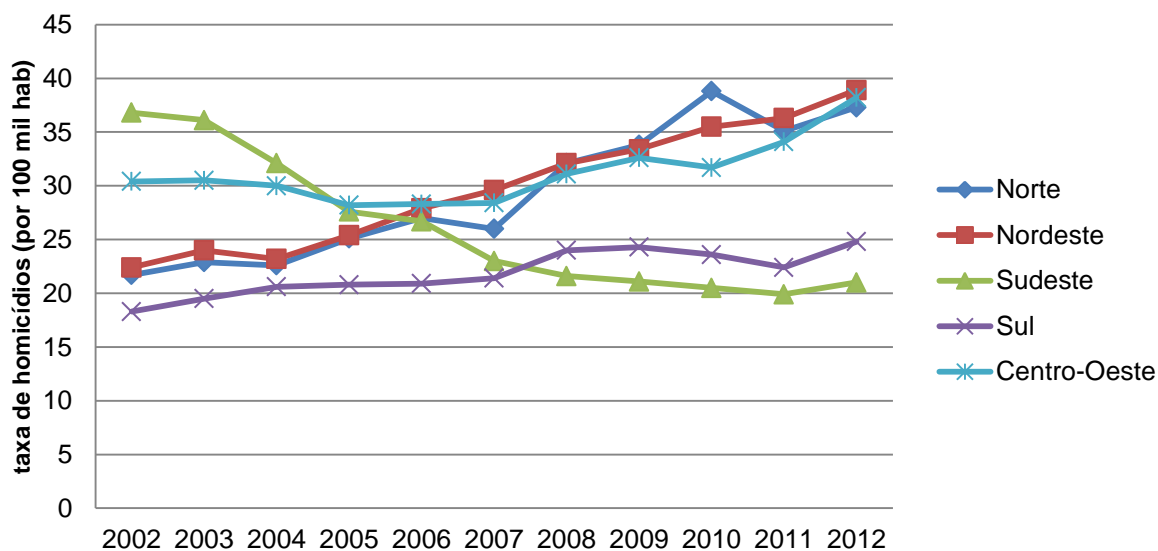
Quando observado por regiões e estados individualmente a única região do país que apresenta declínio em suas taxas de forma expressiva é a Sudeste, onde os índices praticamente caem pela metade devido às quedas que acontecem em São Paulo e no Rio de Janeiro (Quadro 2). As quedas acontecem em Unidades Federativas de grande peso demográfico e compensam os aumentos registrados a maioria dos estados. Dessa forma, a taxa inicial em 2002 de 28,5 homicídios por 100 mil habitantes é bem semelhante a da observada em 2012, de 29,0.

Quadro 2- Taxa de homicídios na população por UF e região. Brasil, 2002/2012.

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Acre	25,7	22,5	18,7	18,7	22,6	18,9	19,6	22,0	23,3	22,5	27,5
Amapá	35,0	35,5	31,3	33,0	33,0	26,9	34,4	30,5	40,2	30,4	35,9
Amazonas	17,3	18,5	16,9	18,5	21,1	21,0	24,8	27,0	31,5	36,4	36,7
Pará	18,4	21,0	22,7	27,6	29,2	30,4	39,2	40,3	47,5	40,0	41,7
Rondônia	42,3	38,4	38,0	36,0	37,7	27,4	32,1	35,6	35,6	28,4	32,9
Roraima	34,9	29,7	22,6	24,0	27,3	27,9	25,4	27,8	28,5	20,6	35,4
Tocantins	14,9	18,3	16,4	15,5	17,7	16,5	18,1	22,0	23,5	25,5	26,2
Norte	21,7	22,9	22,6	25,1	27,0	26,0	32,1	33,8	38,8	35,1	37,3
Alagoas	34,3	35,7	35,1	40,2	53,0	59,6	60,3	59,3	66,8	72,2	64,6
Bahia	13,0	16,0	16,6	20,4	23,5	25,7	32,9	36,8	40,4	38,7	41,9
Ceará	18,9	20,1	20,0	20,9	21,8	23,2	24,0	25,4	31,9	32,7	44,6
Maranhão	9,9	13,0	11,7	14,8	15,0	17,4	19,7	21,8	23,2	23,7	26,0
Paraíba	17,4	17,6	18,6	20,6	22,6	23,6	27,3	33,7	38,8	42,7	40,1
Pernambuco	54,8	55,3	50,7	51,2	52,7	53,1	50,7	44,9	39,3	39,1	37,1
Piauí	10,9	10,8	11,8	12,8	14,4	13,2	12,4	12,7	13,8	14,7	17,2
Rio Grande do Norte	10,6	14,2	11,7	13,6	14,8	19,3	23,2	25,2	26,0	32,6	34,7
Sergipe	29,7	25,2	24,4	25,0	29,8	25,9	28,7	32,8	33,9	35,4	41,8
Nordeste	22,4	24,0	23,2	25,4	27,9	29,6	32,1	33,4	35,5	36,3	38,9
Espírito Santo	51,2	50,5	49,4	46,9	51,2	53,6	56,4	57,2	51,5	47,4	47,3
Minas Gerais	16,2	20,6	22,6	21,9	21,3	20,8	19,5	18,5	18,4	21,5	22,8
Rio de Janeiro	56,5	52,7	49,2	46,1	45,8	40,1	34,0	31,7	33,1	28,3	28,3
São Paulo	38,0	35,9	28,6	21,6	19,9	15,0	14,9	15,3	14,1	13,5	15,1
Sudeste	36,8	36,1	32,1	27,6	26,7	23,0	21,6	21,1	20,5	19,9	21,0
Paraná	22,7	25,5	28,1	29,0	29,8	29,6	32,6	34,6	34,3	31,7	32,7
Rio Grande do Sul	18,3	18,1	18,5	18,6	17,9	19,6	21,8	20,4	19,2	19,2	21,9
Santa Catarina	10,3	11,6	11,1	10,5	11,0	10,4	13,0	13,1	13,2	12,6	11,8
Sul	18,3	19,5	20,6	20,8	20,9	21,4	24,0	24,3	23,6	22,4	24,8
Distrito Federal	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	34,1	38,6	34,4	37,4	38,9
Goiás	24,5	23,7	26,4	24,9	24,6	24,4	30,0	30,2	32,0	36,4	44,3
Mato Grosso	37,0	35,0	32,1	32,4	31,5	30,7	31,8	33,3	32,6	32,3	43,3
Mato Grosso do Sul	32,4	32,7	29,6	27,7	29,5	30,0	29,5	30,8	26,7	27,0	27,1
Centro-Oeste	30,4	30,5	30,0	28,2	28,3	28,4	31,1	32,6	31,7	34,1	38,2
BRASIL	28,5	28,9	27,0	25,8	26,3	25,2	26,4	26,9	27,5	27,1	29,0

Nas demais regiões do país, as taxas cresceram com ritmos relativamente acelerados principalmente na região Norte, onde o aumento no período foi de 75,9%, e na região Nordeste, onde os números crescem em todos os estados, com exceção de Pernambuco (Figura 2).

Figura 2. Taxas de homicídios por regiões (por 100mil habitantes). Brasil, 2002/2012.



Vê-se assim que a violência foi se espalhando em todo do país (Figuras 3 e 4). As unidades da Federação Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco e Rondônia, que no ano 2002 concentravam as maiores taxas de homicídios, mostraram quedas ao longo do período. Nos estados que no ano 2002 apresentavam os menores índices de homicídio, Maranhão e Santa Catarina, as taxas elevaram-se.

Figura 3. Taxas de homicídio por estado (por 100 mil habitantes). Brasil, 2002.

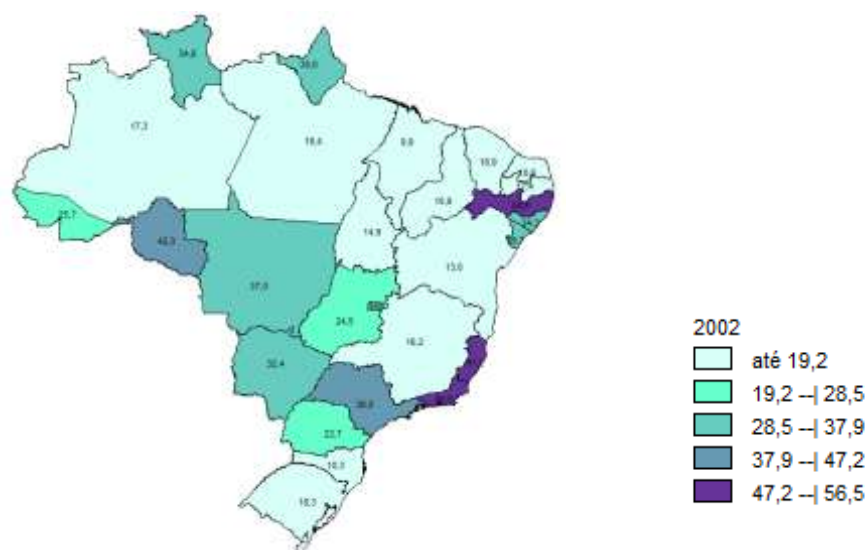
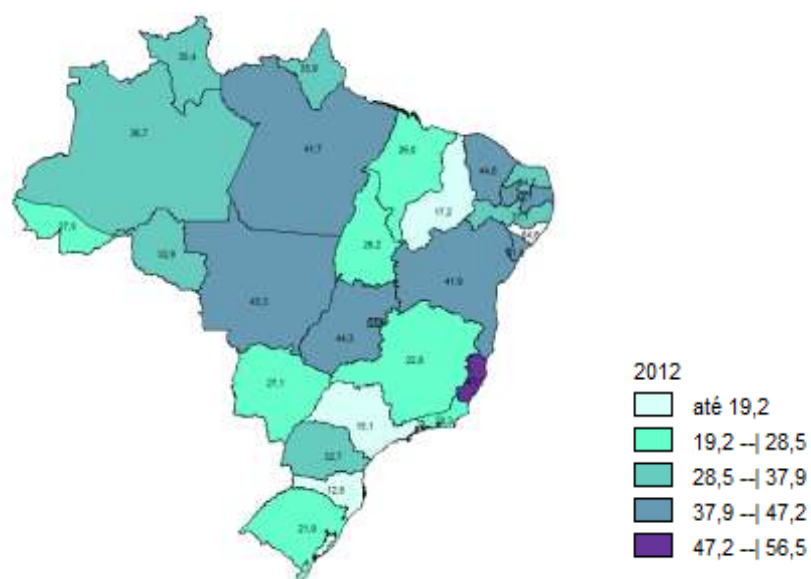
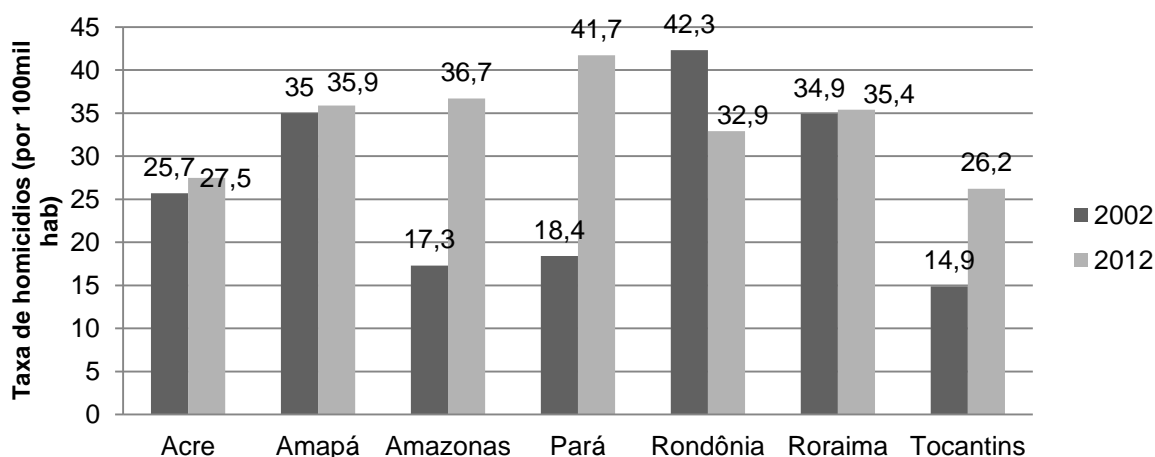


Figura 4. Taxas de homicídio por estado (por 100 mil habitantes). Brasil, 2012.



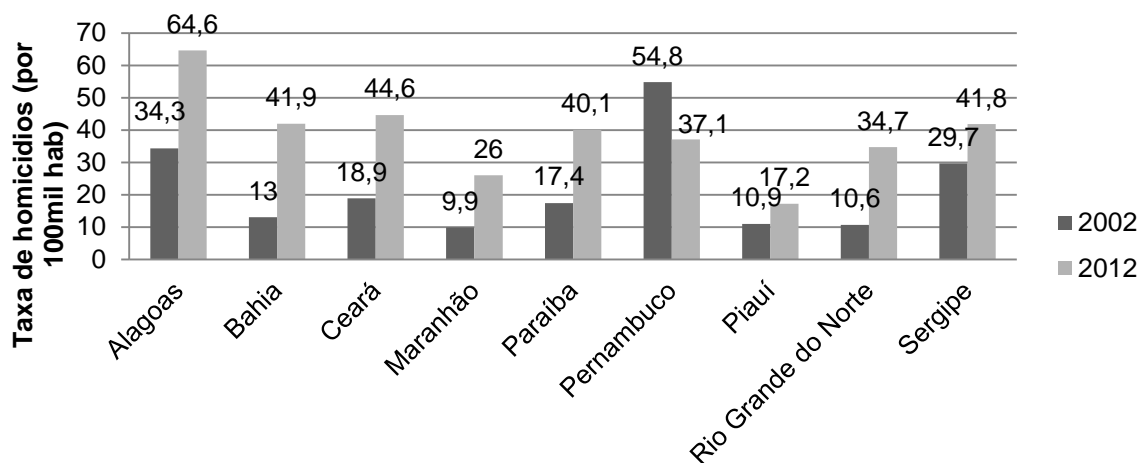
Na região Norte todos os estados, exceto Rondônia, apresentaram um crescimento no número de homicídios, ao se comparar dados de 2002 e 2012 (Figura 5). As maiores elevações foram observadas no Pará (122%) e no Amazonas (108%).

Figura 5. Taxas de homicídio na região Norte (por 100 mil habitantes). Brasil, 2002/2012.



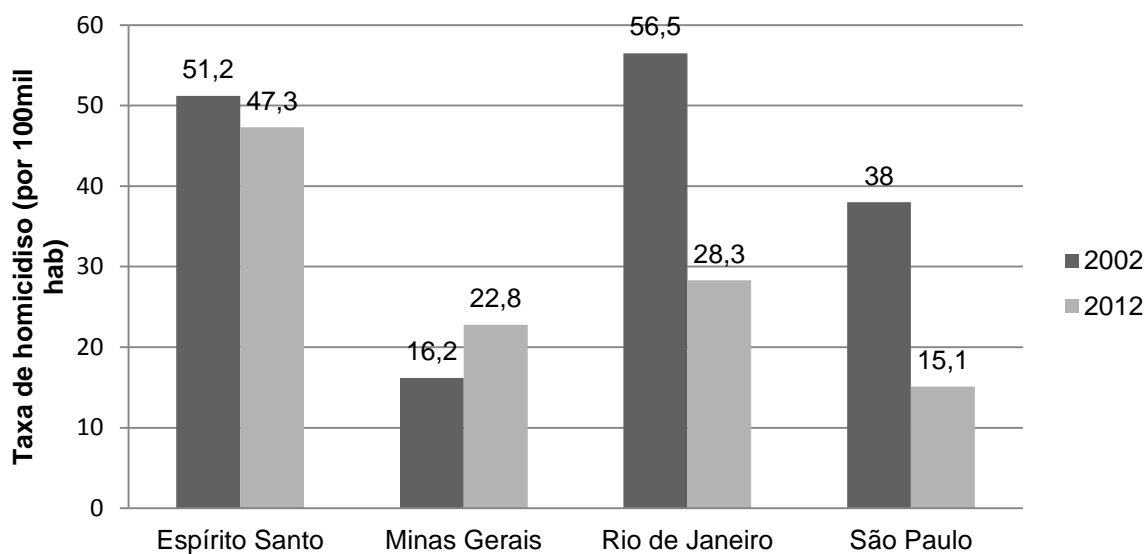
Na região Nordeste, todos os estados, exceto Pernambuco, apresentaram elevações das taxas de homicídios (Figura 6). As maiores elevações foram observadas nos estados do Rio Grande do Norte (227%), Bahia (215%), Maranhão (162%), Ceará (135%) e Paraíba (130%).

Figura 6. Taxas de homicídio na região Nordeste. Brasil, 2002/2012.



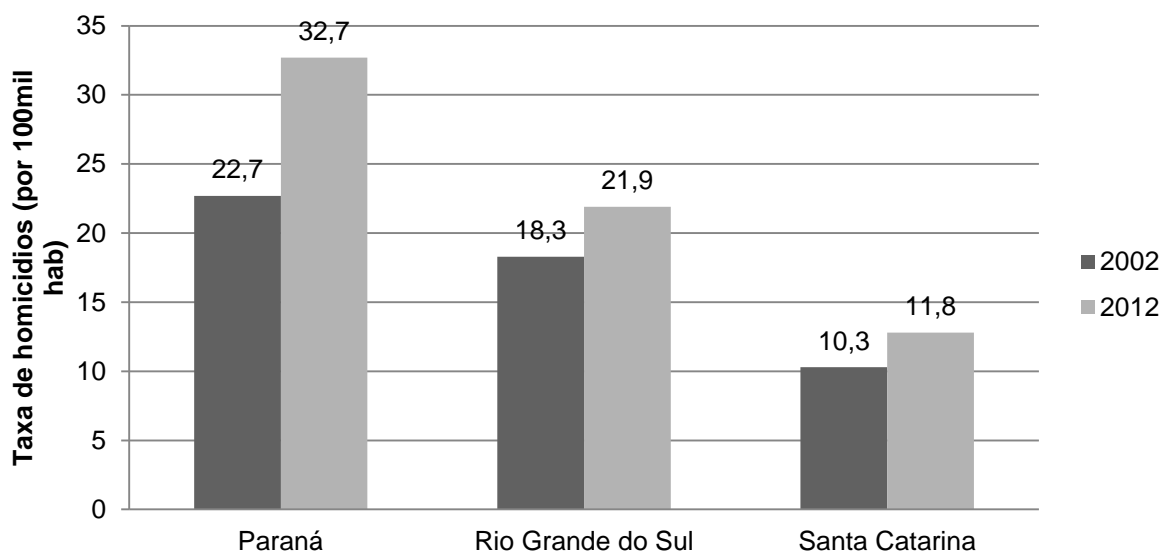
Na região Sudeste ocorreu queda expressiva nos estados de São Paulo (61%) e Rio de Janeiro(50%), redução discreta no Espírito santo (8%) e aumento em Minas Gerais (37%). (Figura 7).

Figura 7. Taxas de homicídio na região Sudeste. Brasil, 2002/2012.



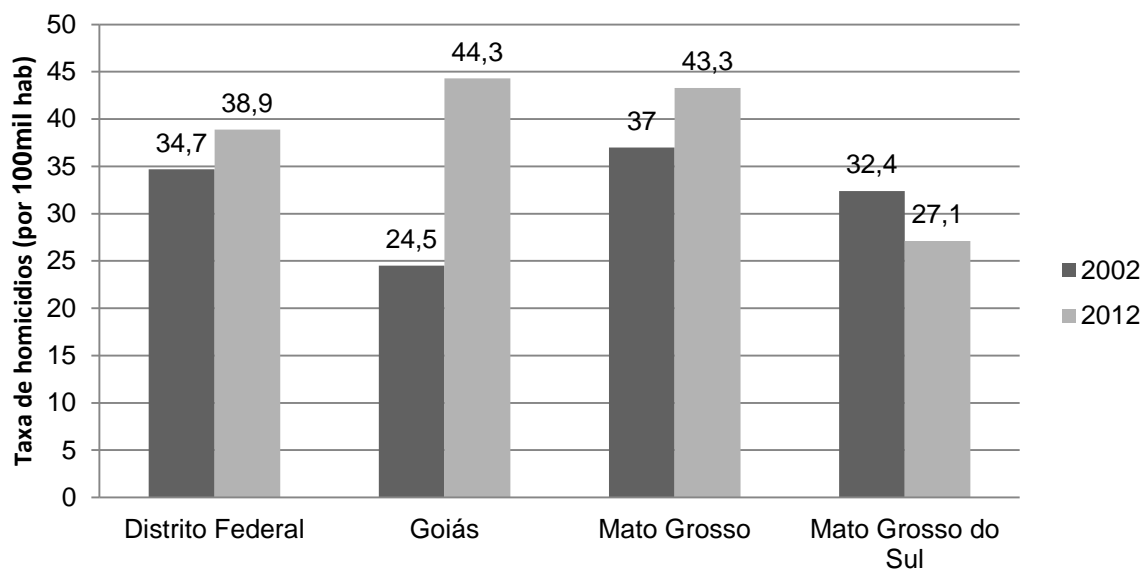
Na região Sul todos os estados apresentaram aumento (Figura 8).

Figura 8. Taxas de homicídio na região Sul. Brasil, 2002/2012.



Na região Centro-Oeste todos os estados com exceção de Mato Grosso do Sul também sofreram aumento (Figura 9).

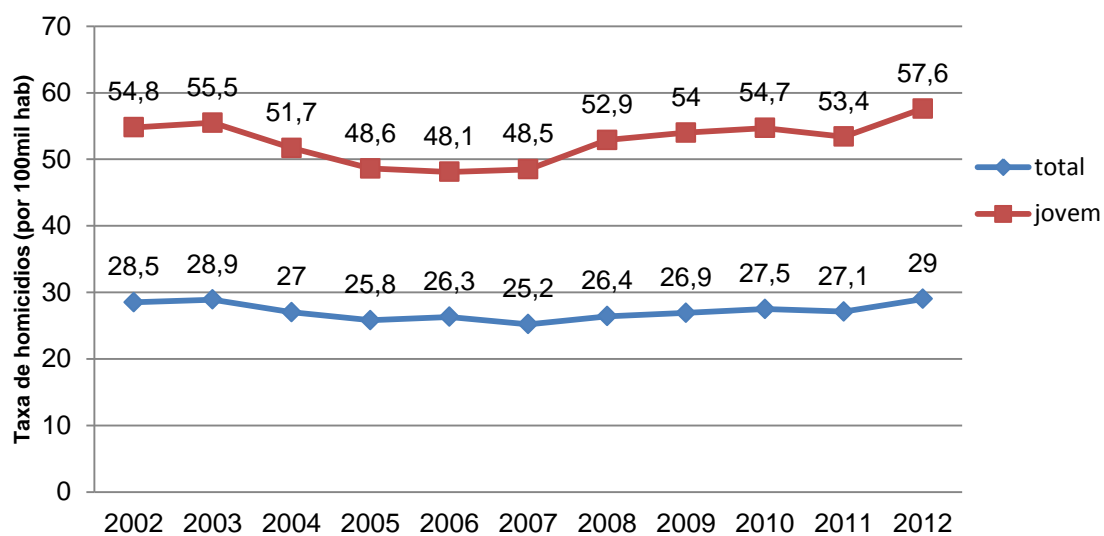
Figura 9. Taxas de homicídio na região Centro-Oeste. Brasil, 2002/2012.



5.1 Homicídios na População Jovem

As taxas de homicídios na população jovem têm se mantido estáveis, com alteração praticamente nula (Figura 10). As variações observadas acompanham as da população total, só que em patamares mais elevados.

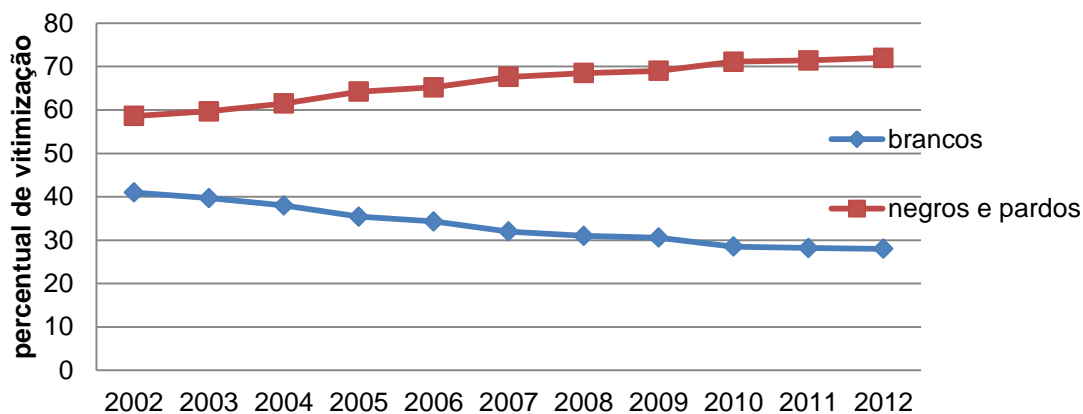
Figura 10. Número de homicídios na população jovem de 15 a 29 anos (por 100 mil habitantes). Brasil, 2002/2012.



5.2 Homicídios na população de acordo com a cor da pele.

Pode-se observar uma acentuada tendência de queda na proporção de homicídios na população branca e de aumento nos números de vítimas na população negra e parda. (figura 11).

Figura 11 - Evolução do percentual de vítimas de homicídios entre brancos e não brancos. Brasil, 2002/2012.



O número de vítimas brancas caiu de 18.867 em 2002 para 13.894 em 2012, o que representou um decréscimo de 26,4%. Já as vítimas negras aumentaram de 26.952 para 35.296 no mesmo período, isto é, elevação de 30,9%. Assim, a participação branca no total de homicídios do país caiu de 41% em 2002, para 28,1% em 2012. Já a participação negra e parda, que já era elevada em 2002, 58,6%, cresceu mais ainda, indo para 71,9%.

Dessa forma, apesar das taxas de homicídio do país nesse período terem mudado pouco, houve mudanças na associação entre homicídios e cor da pele das vítimas, pela concentração progressiva da violência acima da população negra e parda.

5.3 Determinantes dos homicídios

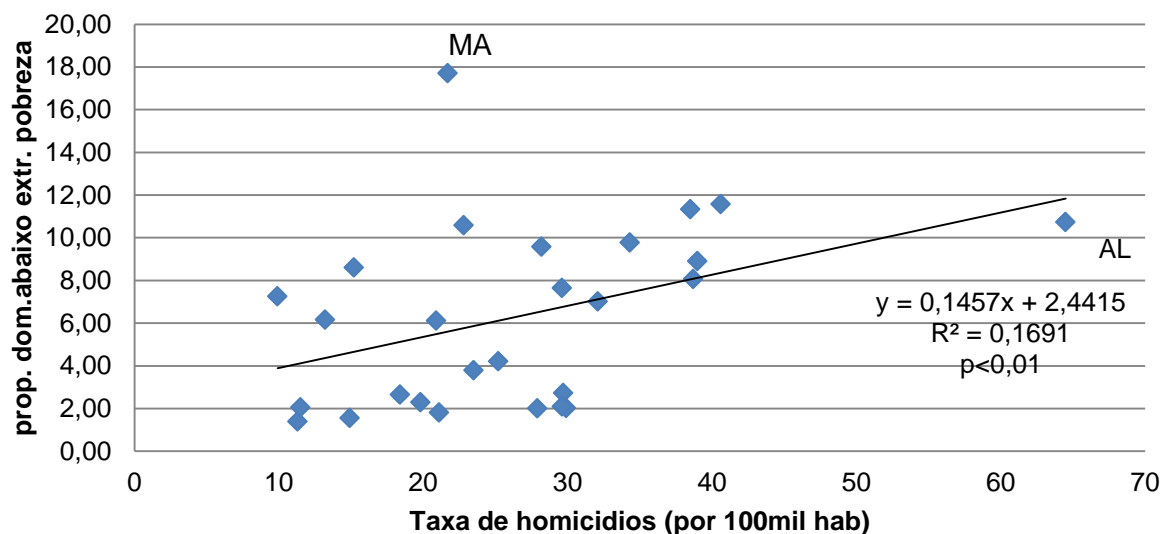
5.3.1 Determinantes socioeconômicos:

A proporção de domicílios com renda per capita inferior à linha da pobreza (Figura 12) e da extrema pobreza (Figura 13) apresenta correlação positiva estatisticamente significativa com a taxa de homicídios. O estado do Maranhão apresenta as maiores taxas de pobreza (33,93% da população) e de extrema pobreza (17,71% da população). Alagoas apresenta as maiores taxas de homicídios (74,5 hom. por 100 mil habitantes) e alta proporção de domicílios abaixo da linha da pobreza (28,2%).

Figura 12 – Correlação entre taxa de homicídios e domicílios com renda per capita inferior à linha de pobreza nos estados brasileiros. Brasil, 2012.

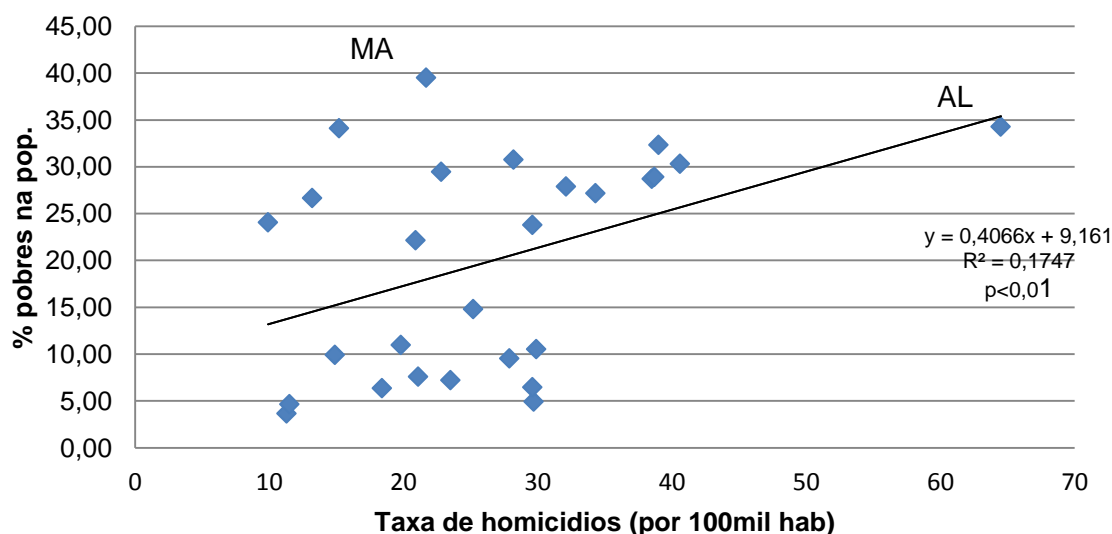


Figura 13 - Proporção de domicílios com renda per capita inferior à linha da extrema pobreza. Brasil. 2012.



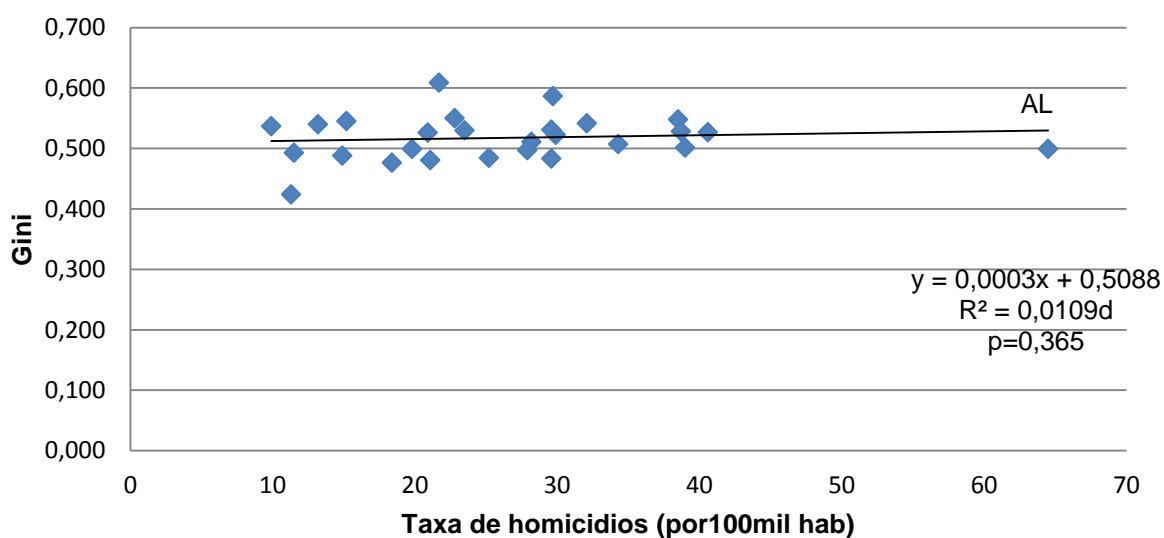
Evidencia-se uma correlação moderada positiva estatisticamente significativa ao considerar-se o percentual de pobres (Figura 14) utilizando como base os dados de 2012.

Figura 14 - Correlação entre taxa de homicídios e percentual de pobres na população nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



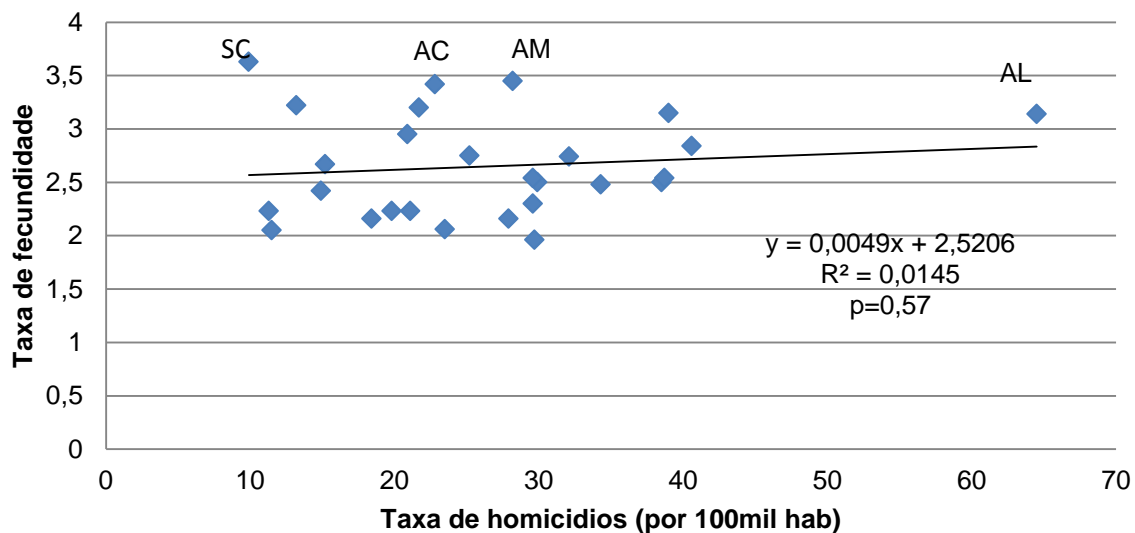
Evidencia-se uma fraca correlação e não estatisticamente significativa ao considerar-se o coeficiente de Gini (Figura 15) utilizando como base os dados de 2012.

Figura 15 - Correlação entre taxa de homicídios e coeficiente de Gini na população nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



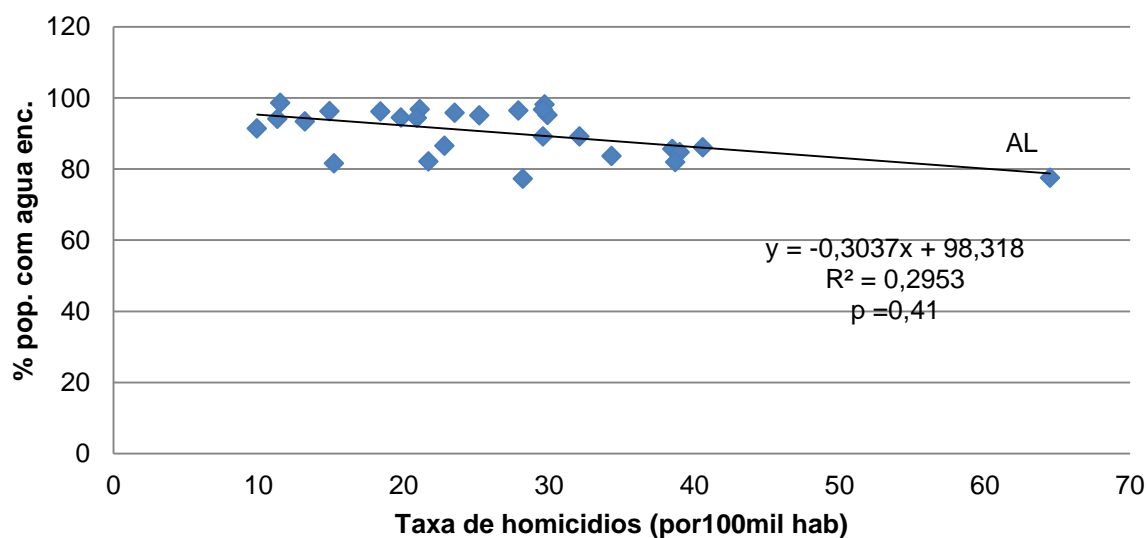
Evidencia-se uma fraca correlação e não estatisticamente significativa ao considerar-se a taxa de fecundidade (Figura 16) utilizando como base os dados de 2012.

Figura 16 – Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de fecundidade na população nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



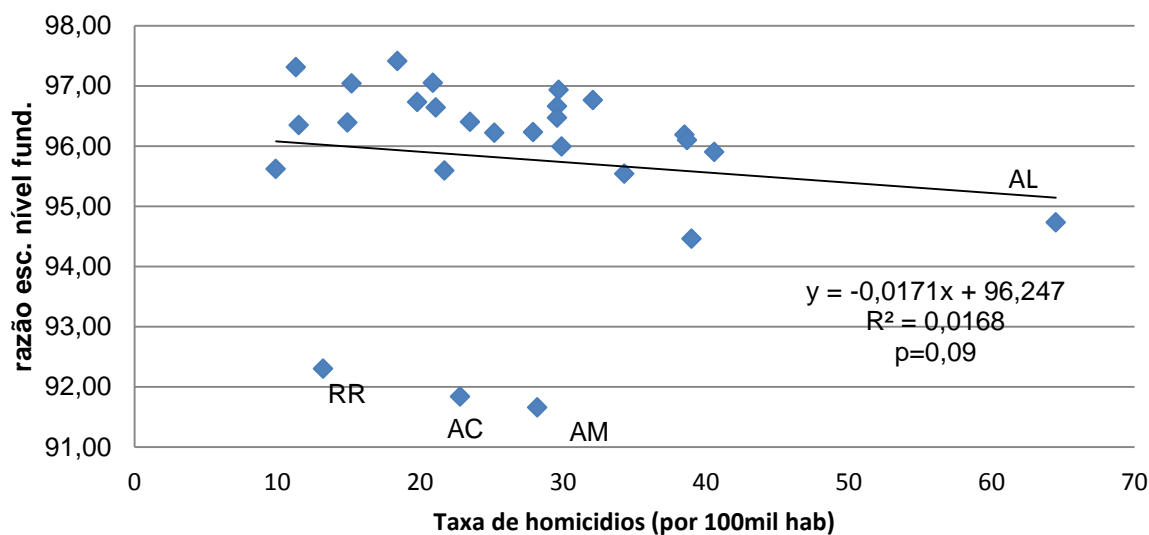
Evidencia-se uma moderada correlação negativa, porém não estatisticamente significativa quando consideramos o percentual da população em domicílios com água encanada (Figura 17) utilizando como base os dados de 2012.

Figura 17 - Correlação entre taxa de homicídios e o percentual da população em domicílios com água encanada nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



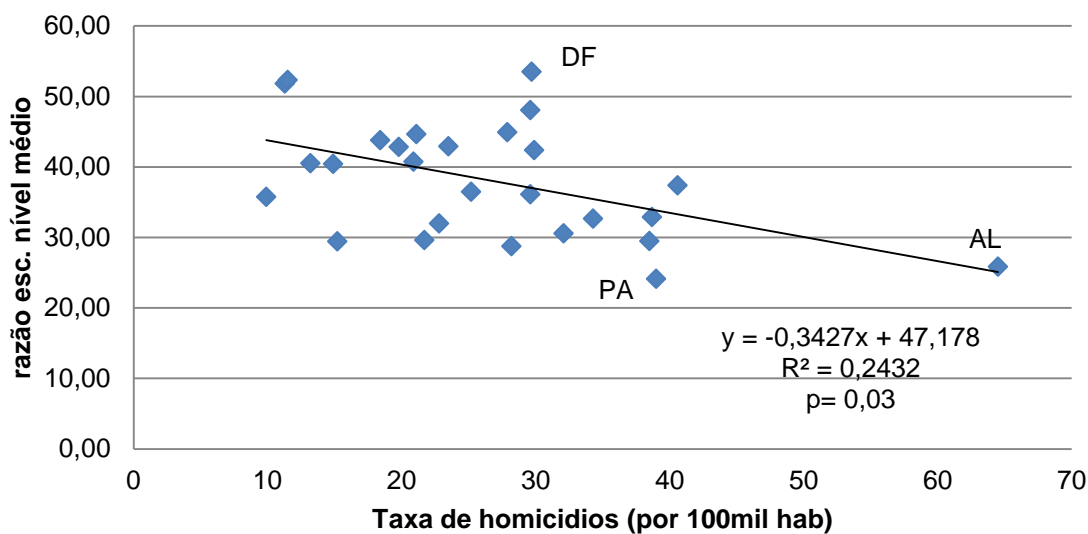
Evidencia-se uma fraca correlação e não estatisticamente significativa entre a taxa de homicídios e a razão de escolaridade em nível fundamental (figura 18). Três estados da região Norte apresentam menores índices de escolaridade para esta idade: Roraima (92,30), Acre (91,84) e Amazonas (91,66).

Figura 18 - Correlação entre taxa de homicídios e a razão de escolaridade em nível fundamental nos estados brasileiros. Brasil, 2012



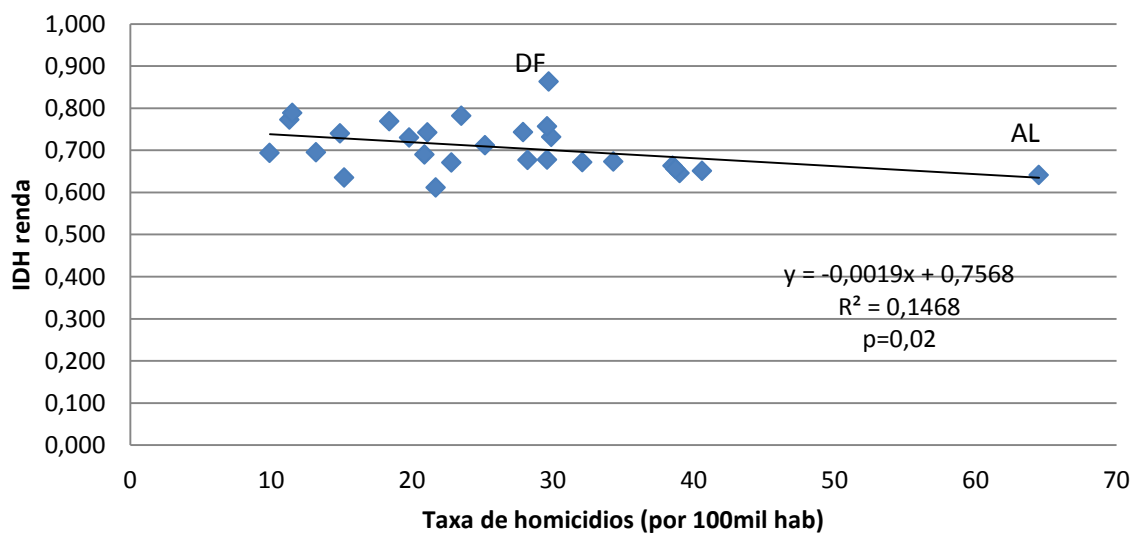
Verifica-se uma correlação moderada negativa e estatisticamente significativa ao calcular a taxa de homicídio em relação a razão de escolaridade em nível médio. Os melhores índices de escolaridade para esta faixa etária foram encontrados no Distrito Federal (53,48) e os piores no Pará (24,10).

Figura 19 - Correlação entre taxa de homicídios e razão de escolaridade em nível médio nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



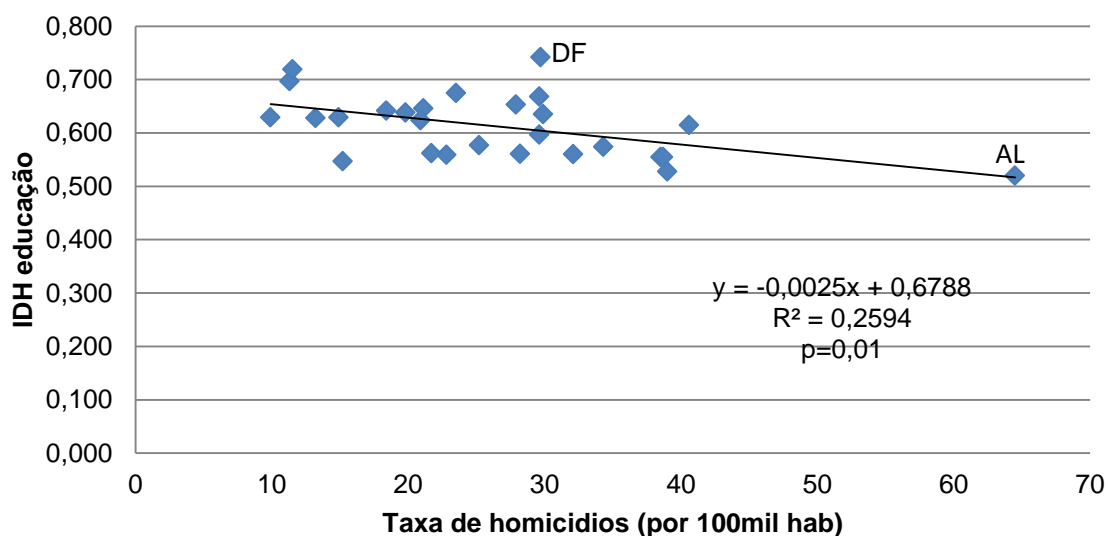
Verifica-se uma correlação moderada negativa, estatisticamente significativa ao calcular-se a taxa de homicídio com relação ao IDH Renda, utilizando como base os dados de 2012.

Figura 20 - Correlação entre taxa de homicídios e o IDH renda. Brasil, 2012.



Verifica-se uma correlação moderada negativa estatisticamente significativa ao calcular-se a taxa de homicídio com relação ao IDH Educação utilizando como base os dados de 2012.

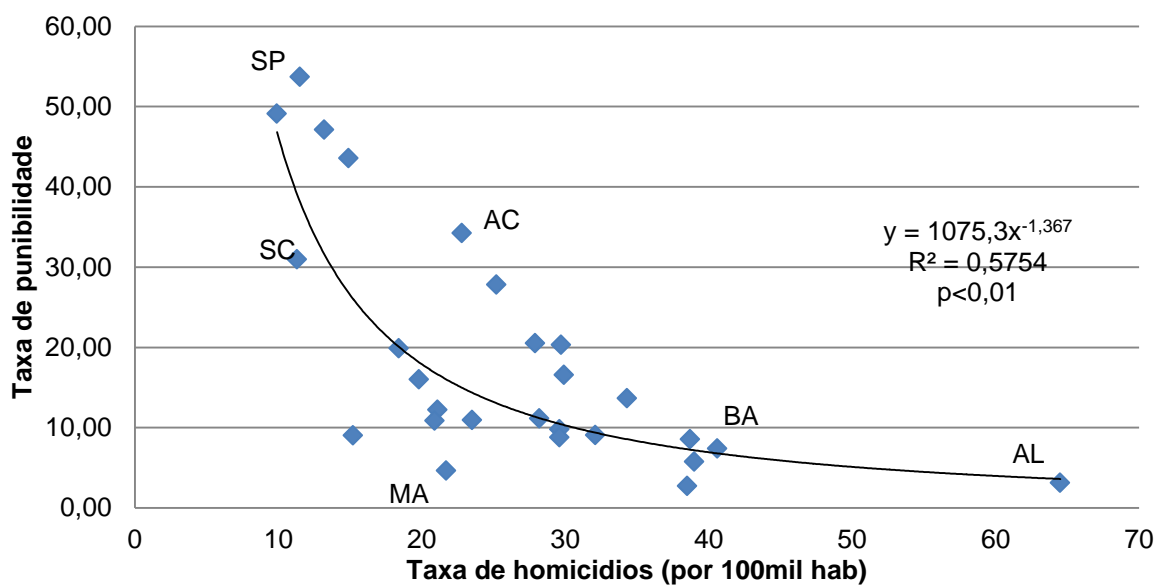
Figura 21 - Correlação entre taxa de homicídios e o IDH educação. Brasil, 2012.



5.3.2 Determinantes de Segurança Pública

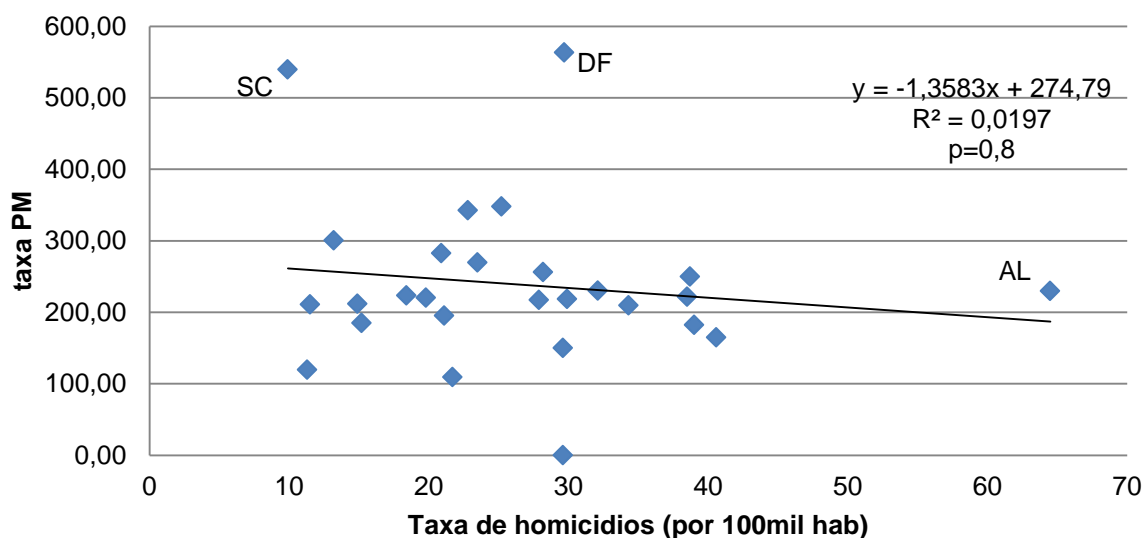
Ao calcular-se a correlação entre a taxa de homicídio e a taxa de punibilidade utilizando como base os dados de 2012, pode-se perceber uma forte correlação inversa com significância estatística. São Paulo apresenta as maiores taxas de punibilidade (53,69) e Alagoas as menores (3,14).

Figura 22- Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de punibilidade. Brasil, 2012.



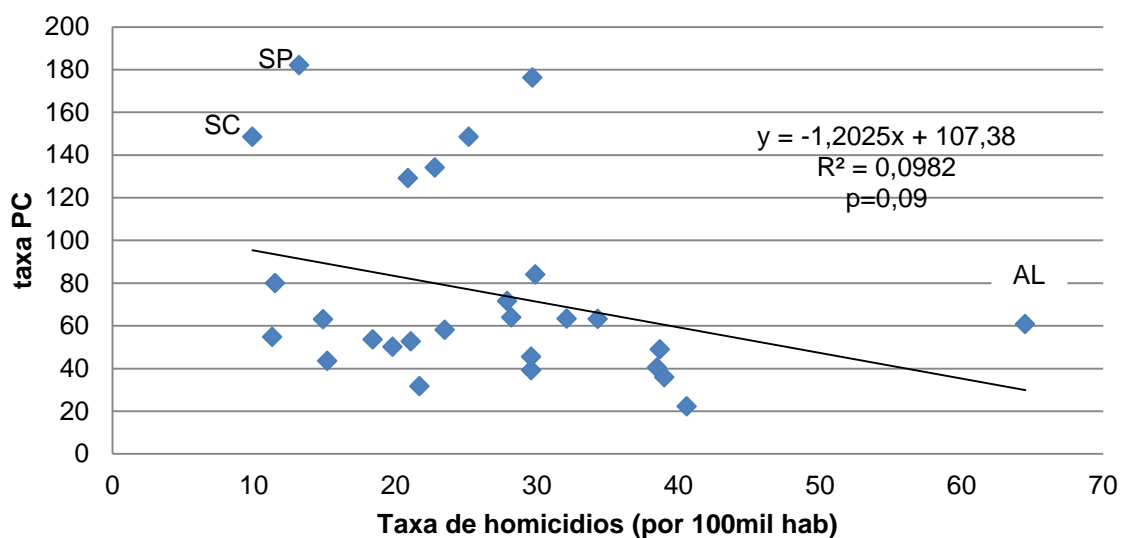
Evidencia-se uma fraca correlação e não estatisticamente significante entre a taxa de homicídios e a taxa de efetivo da Polícia Militar no ano de 2012. Santa Catarina (539,76) e Distrito Federal (563,17) com os maiores contingentes. O dado não foi disponível para o Rio Grande do Norte

Figura 23 - Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de efetivo da Policia Militar nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



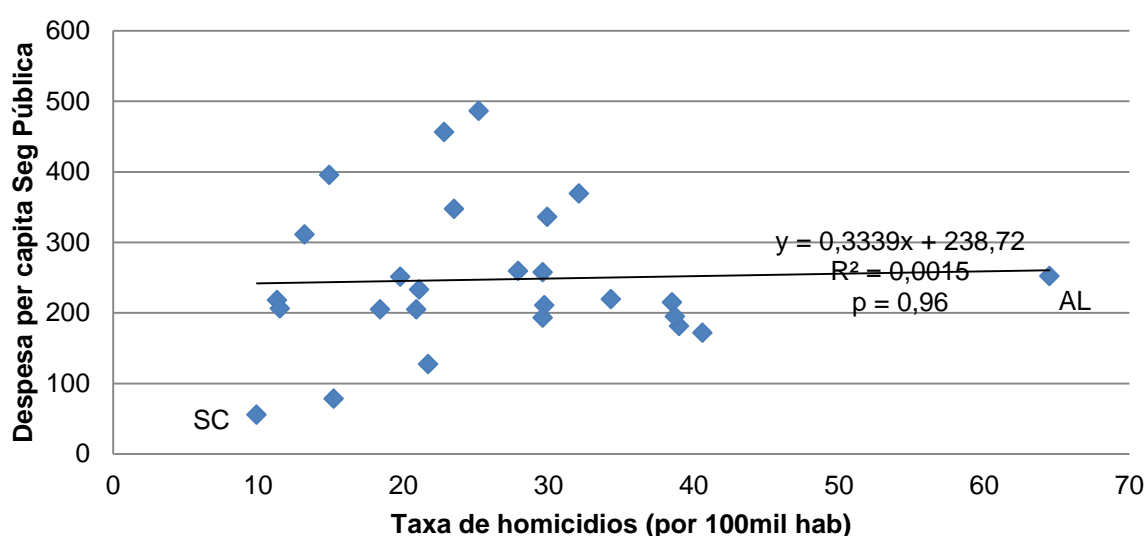
Ao calcular-se a correlação entre taxa de homicídio com a taxa de efetivo da Polícia Civil no ano de 2012, pode-se perceber uma moderada correlação negativa, porém não estatisticamente significativa para o nível de 5%.

Figura 24- Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de efetivo da Policia Civil nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



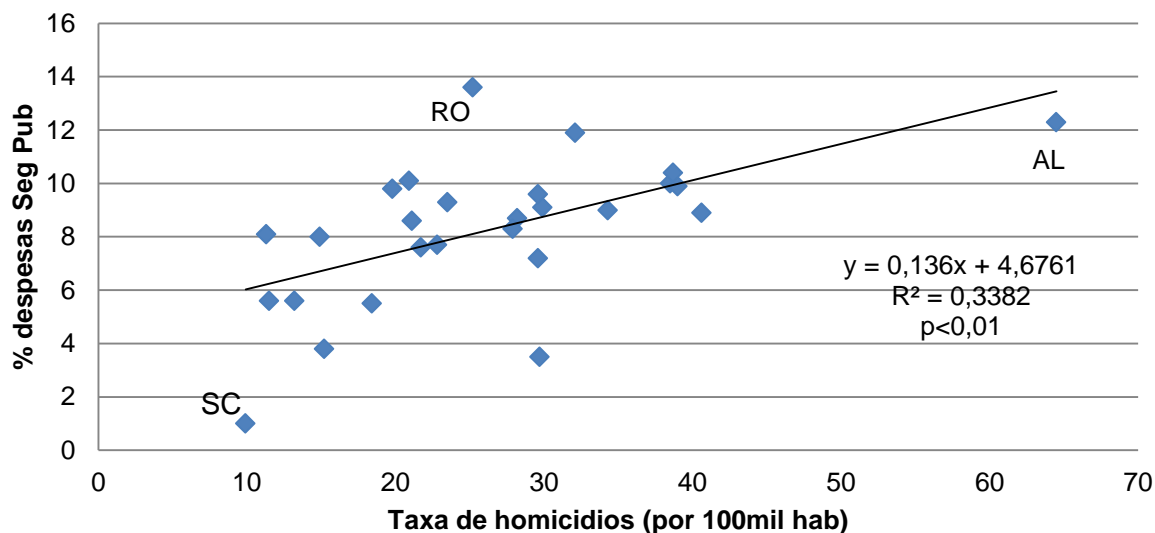
Evidencia-se uma fraca correlação e não estatisticamente significativa entre a taxa de homicídios e a despesa per capita em Segurança Pública, utilizando como base os dados de 2012.

Figura 25 - Correlação entre taxa de homicídios e a despesa per capita em Segurança Pública nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



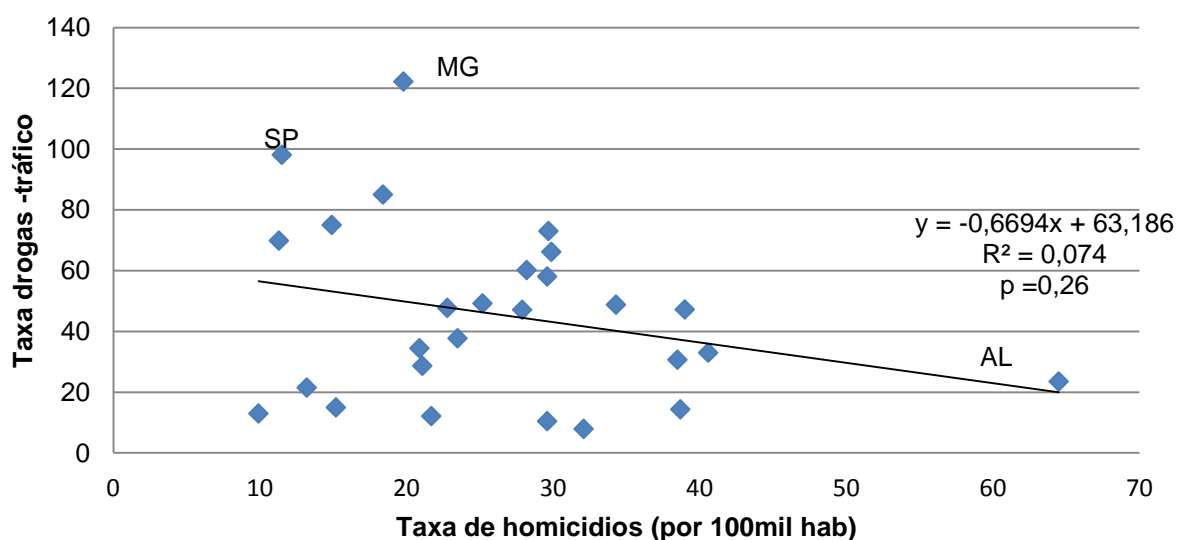
Ao calcular-se a correlação entre a taxa de homicídios com o percentual da participação das despesas em Segurança Pública no total das despesas no ano de 2012, pode-se perceber uma moderada correlação positiva, estatisticamente significativa. Quanto maiores as taxas de homicídios, maiores os gastos. Estados que gastam muito pouco com baixas taxas como Santa Catarina, e outros com altos gastos e altas taxas de homicídios, como Alagoas.

Figura 26 - Correlação entre taxa de homicídios e o percentual da participação das despesas em Segurança Pública no total das despesas nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



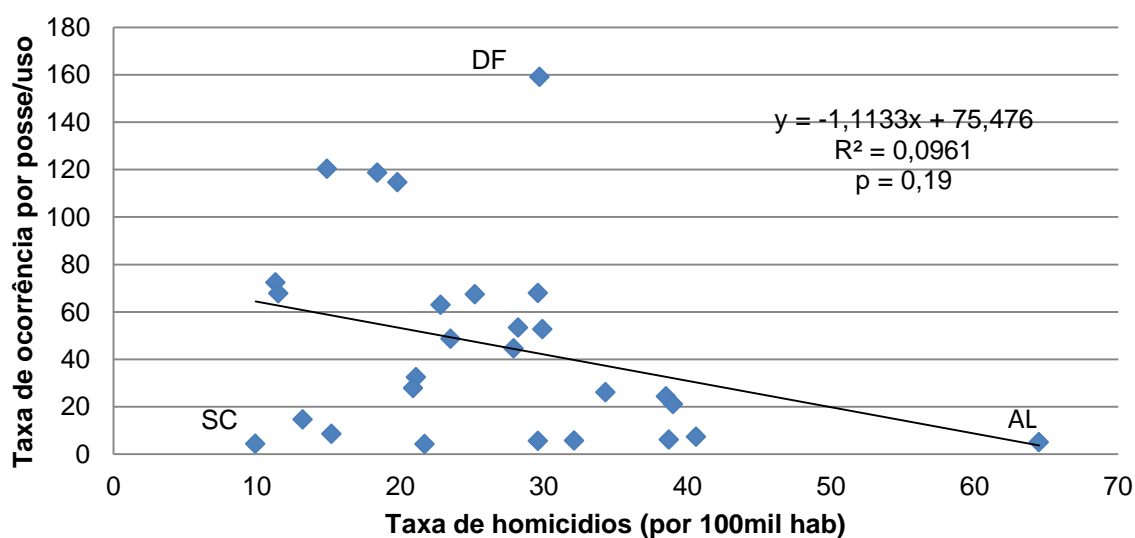
Evidencia-se uma fraca correlação e não estatisticamente significativa entre a taxa de homicídios e a taxa de ocorrências por tráfico de drogas no ano de 2012. Os estados com as maiores taxas de uso são Minas Gerais e São Paulo.

Figura 27 - Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de ocorrência por tráfico de drogas nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



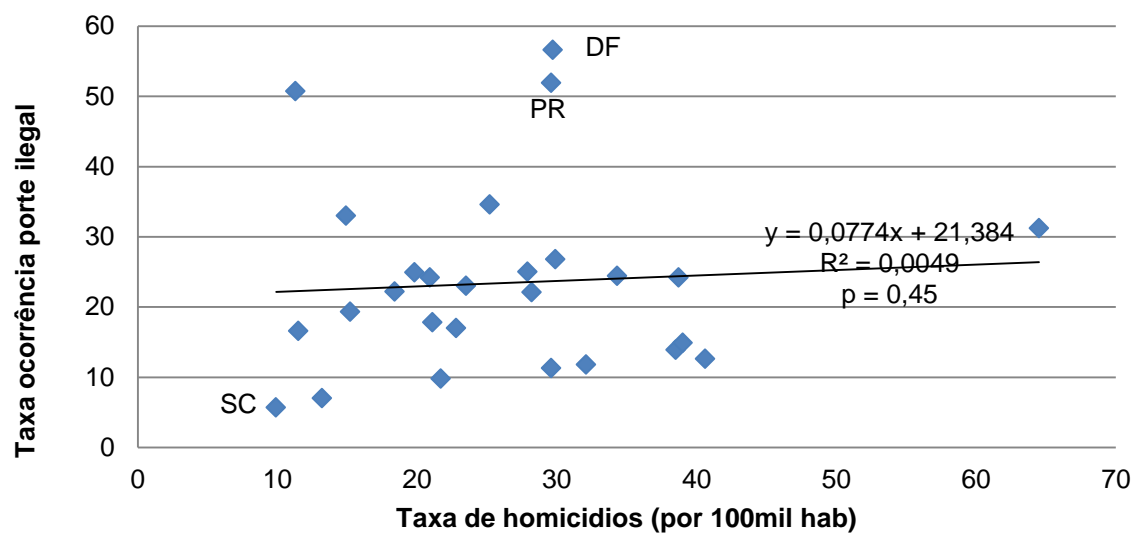
Evidencia-se uma fraca correlação e não estatisticamente significativa para o nível de 5% entre a taxa de homicídios e a taxa de ocorrências por posse e uso de entorpecentes no ano de 2012.

Figura 28 - Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de ocorrência por posse e uso de entorpecentes nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



Evidencia-se uma fraca correlação e não estatisticamente significativa entre a taxa de homicídios e a taxa de ocorrências por porte ilegal de arma de fogo no ano de 2012.

Figura 29 - Correlação entre taxa de homicídios e a taxa de ocorrência por porte ilegal de arma nos estados brasileiros. Brasil, 2012.



6 DISCUSSÃO

Faz-se necessário ressaltar a forte associação entre a punibilidade e a taxa de homicídios, dado que esta variável foi a que apresentou o maior coeficiente de determinação. O maior problema na questão de controle de criminalidade no Brasil são os crimes não elucidados.

A meta da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) — parceria do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério da Justiça — previa concluir até abril de 2012 todos os inquéritos abertos até dezembro de 2007 para investigar casos de homicídio. Mas, do total de 136,8 mil inquéritos, apenas 10.168 viraram denúncias e 39.794 foram arquivados. Outros 85 mil inquéritos ainda estão em aberto sem resolução. Segundo o CNJ o país apresenta uma média de 5% de resolução de homicídios. No Reino Unido esse número é de 85%, nos Estados Unidos, de 65%(BENEVIDES, RODRIGUES ET AL., 2013).

A grande maioria dos estudos brasileiros recai sobre a associação entre variáveis socioeconômicas e homicídios, os resultados da pesquisa corroboram com os resultados obtidos nos estudos internacionais, como Levitt (2004), que observou que os principais responsáveis pela queda na criminalidade nos Estados Unidos nos anos 1990 foram o aumento no número de policiais e o aumento no número de pessoas presas. A punição, não somente dos crimes de homicídios, mas também dos outros atos delituosos, promoveu redução nas taxas de homicídios.

Sabe-se que esta relação não só existe simultaneamente como perdura sobre efeito inercial. Um aumento no número de encarceramentos hoje diminui substancialmente os crimes reportados à polícia no futuro, como reportado por D'alessio e Stolzenberg (1998).

Corman e Mocan (2000) encontraram em um espaço de tempo de quase trinta anos de observação, para a cidade de Nova Iorque, fortes evidências em favor do efeito detenção, das prisões e do policiamento. Além dos homicídios, roubos e roubos de carros declinam em resposta a um aumento no número de prisões.

Harcourt (2011) fazendo uso de dados de painéis estaduais encontrou também uma forte relação entre encarceramento e taxas de homicídio, embora em seu estudo dentro do efeito incapacitação foram incluídos os presos que estão tanto nas prisões como aqueles que estão detidos em instituições para tratamento mental. O autor argumenta ainda, que excluir do efeito de incapacitação os presos que estão em hospitais mentais reduz o efeito do encarceramento sobre a criminalidade.

Nos casos brasileiros de sucesso, mesmo que parcial, no combate ao crime, como nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, foi crucial o envolvimento do aparato policial e das instituições judiciais. Assim como neste estudo, Nadanovsky (2009) encontrou uma forte relação ao se comparar a taxa de homicídio com a taxa de punibilidade. O autor relatou que a taxa de homicídio no estado de São Paulo aumentou de 36 por 100 mil habitantes em 1996 para 44 em 1999. Sendo que essa taxa se reduziu até 21 por 100 mil em 2005. Nesse período, o número de pessoas na prisão por cada 100 mil habitantes aumentou constantemente de 182 em 1996 até 341 em 2005. O autor sugeriu que apesar de não ser possível concluir que essa relação seja causal, houve uma associação temporal clara compatível com a interpretação de que o aumento no encarceramento de criminosos exerceu seu efeito incapacitador ou dissuasor do crime em São Paulo.

A associação com percentual de gasto em Segurança Pública foi estatisticamente significativa de força moderada, porém mesmo sentido, ou seja, quanto mais homicídios, maior o gasto percentual do estado na área. O investimento em segurança pública geralmente segue o aumento do número dos homicídios como parte de uma resposta governamental aos apelos por parte da população e da mídia. Daí explica-se a relação positiva entre investimento per capita e percentual do investimento em segurança e as taxas de homicídios.

Azevedo (2005) ressalta que uma das tendências atuais é a inflação de normas penais, que invadem campos da vida social que anteriormente não estavam regulados por sanções penais. O autor conclui que o processo de inflação legislativa em matéria penal apenas tem servido para acentuar as distorções e a seletividade do sistema, mas não é efetivo como resposta.

Além disto, o investimento simples de contratação de policiais militares não levou ao objetivo de redução dos homicídios. As taxas de homicídios apresentaram oscilação independente do incremento no efetivo policial militar. Alguns estados,

que fizeram vultosos investimentos em policiamento militar, como se pode observar no caso do Ceará e do Distrito Federal, foram na maior parte das vezes ineficazes, pois não houve relação com o controle dos homicídios. Já com relação aos policiais civis, que tem a responsabilidade de investigar os casos de assassinatos, bem como fazer a instrução do inquérito e enviar para o Ministério Público, a relação é um pouco superior, como observado nos estados de São Paulo e Santa Catarina provavelmente pelo seu papel imbricado na punição.

É importante salientar que tais policiais, militares e civis, são contratados sem a devida preparação e sem a melhorada estrutura de trabalho (salários e condições estruturais). Em nada adianta o crescimento do efetivo, sem a estruturação do sistema de justiça criminal nos estados.

Peixoto, Andrade et al. (2007) realizaram uma avaliação de diversos programas de prevenção e controle da criminalidade adotados no Brasil. Avaliaram nove programas distintos de prevenção do crime adotados nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A maioria dos programas de prevenção apresentaram resultados positivos, como o caso dos programas Paz nas Escolas, Liberdade Assistida e Programa Educacional de resistência às Drogas (PROERD).

Andrade (2007) analisou como as pesquisas de vitimização podem contribuir para o aumento da eficiência e da eficácia das intervenções públicas, com vistas à redução do crime. Sugeriu possibilidades que podem complementar os demais sistemas de informações sobre a segurança pública, discutindo aspectos metodológicos, que têm efeito sobre as estimativas do número de vítimas e das taxas de recurso à polícia, fazendo uma crítica aos investimentos na polícia militar, que não apresenta-se como solução.

Verifica-se que as taxas de homicídios no Brasil, apesar de apresentarem níveis relativamente estáveis, apresentam redistribuição geográfica. A violência homicida não mais se concentra nos dois maiores conglomerados urbanos brasileiros, mas se distribuiu por todos os estados e regiões, sempre afetando mais os jovens e os negros e pardos. Os crimes de homicídio não mais ocorrem por casos fortuitos, mas são reflexos da criminalidade organizada, concentrada nas grandes favelas das regiões metropolitanas. Nestas regiões, bolsões de pobreza, são observadas maiores concentrações de negros e pardos. As grandes organizações criminosas e o tráfico de drogas também não se limitam mais a São

Paulo e Rio de Janeiro, mas lançam-se por todo o país(Câmara e Sebastião Filho, 2012).

Vítimas de cor parda e negra são cada vez mais afetadas. Dawson, Boland et al. (1993) mostraram que negros estão muito mais sujeitos à violência urbana do que brancos. Em um estudo para as 75 localidades mais populosas nos Estados Unidos, verificou que 52% de todas as vítimas de assassinato e 62% dos acusados, eram negros. Contudo, a população de negros nessas áreas metropolitanas era de apenas 20%.

Pessoas com pele mais negra apresentam maiores chances de vitimização, corroborando o estudo de Gyimah-Brempong e Price (2006). Segundo os autores, a explicação para isso reside no fato de que pessoas com pele mais negra teriam menos oportunidade no mercado de trabalho legal, aumentando assim a probabilidade de ingressar em uma carreira ilegal.

Waiselfisz (2012), em seu Mapa da Violência, não poderia ter sido mais preciso ao afirmar que as estatísticas indicam uma “epidemia” de morte de jovens negros e pobres. Vale ressaltar que quem mais sofre com a violência advinda do contexto de pobreza são os próprios pobres. Uma disparidade inicial entre brancos e negros, que foi sendo acentuada ao longo dos anos também foi observada pelo autor.

O que chamou a atenção, contudo, foi que a discrepância entre brancos e negros/pardos tem crescido gradativamente, a despeito dos índices flutuantes das taxas de homicídios no Brasil. Apesar de negros e pardos comporem pouco mais da metade da população brasileira, eles estão super-representados naquele quesito, sendo aproximadamente 75% dos casos de homicídio. A cada ano, matam-se menos brancos e mais negros. O saldo de uma disparidade já acentuada prova que, apesar dos avanços que a questão racial tem encontrado no Brasil ultimamente, ainda estamos longe de efetivar, na prática, a igualdade racial na questão da violência.

A adoção das cotas raciais nas universidades, a criminalização do racismo e a aprovação de leis e ações afirmativas não estão sendo suficientes. Para além do preconceito, é necessário refletir sobre as condições materiais da população negra, e, se, mesmo em contextos de pobreza, incidiriam os homicídios diferentemente em função de sua raça(MOREIRA, 2012).

Outro fator que também merece destaque é a idade da vítima dos homicídios. Tanto entre brancos quanto entre negros, a violência homicida se concentra na faixa etária dos 14 a 29 anos de idade.

Waiselfisz (2012) argumenta que o motor da vitimização de negros tem sido principalmente a queda dos homicídios entre os brancos, o que pode derivar do acesso diferenciado da população branca a estratégias e políticas de segurança, como acesso a locais com segurança privada, vidros blindados, condomínios fechados, etc. No entanto ao analisar estes acessos, concluiu que não ocorrem de forma diferenciada pela cor, mas sim pelo nível econômico. É justamente nas classes menos favorecida que se concentram a população parda e preta.

Peixoto, Lima et al. (2004) desenvolveram uma discussão metodológica sobre análises da distribuição espacial e temporal da criminalidade. A partir de metodologia originalmente construída na Fundação Seade, fez-se um debate sobre a não pertinência do ranqueamento de crimes e cidades e defenderam análises que focam a intensidade e o comportamento evolutivo da criminalidade no tempo e no espaço. Desta forma, a visualização final da metodologia é um mapa temático que combina a posição da taxa média de crime por 100 mil habitantes da região em relação à do território total coma taxa de crescimento desta no período. A aplicação desta metodologia utilizou, como unidade de análise espacial, os estados brasileiros e, como dimensão temporal, os cinco semestres compreendidos entre janeiro de 2001 e junho de 2003. Já se verificava a redistribuição dos homicídios nos estados brasileiros como neste estudo.

Peixoto, Lima et al. (2004) verificaram também que, das vinte e sete unidades da federação do Brasil, quinze apresentaram taxas de registro de crimes letais intencionais abaixo da média ponderada nacional e doze registram valores acima desta média. Estudo este que, utilizando metodologia diversa da aqui apresentada, concluiu que as variáveis socioeconômicas apresentam-se associadas às taxas de homicídios. Porém não foram testadas as variáveis relacionada a Segurança Pública e a punibilidade.

As moderadas correlações positivas encontradas da taxa de homicídio com variáveis relacionadas à pobreza foram todas estatisticamente significantes. As associações com IDH Renda e percentual da população em domicílio com água encanada foram negativas e também estatisticamente significantes. Não

necessariamente a pobreza levaria à criminalidade, porém talvez os locais que concentram a pobreza são justamente onde agem as facções criminosas.

As associações da taxa de homicídios com IDH educação e taxa de escolaridade em nível médio foram negativas e estatisticamente significantes. A escolaridade constitui provavelmente um dos principais fatores protetores para que o indivíduo não ingresse no mundo do crime. Com maiores níveis educacionais surgem novas oportunidades que afastariam o caminho do ganho por meios ilícitos.

Milligan, Moretti et al. (2004), em estudo sobre o efeito da escolaridade sobre a civilidade, encontraram um alto efeito da taxa de escolaridade sobre a probabilidade de encarceramento e homicídio. Elegeram inclusive esta variável como a principal dentre os fatores de proteção. Sugeriram que a escolaridade é determinante para a escolha por cor no homicídio, 23% do diferencial de encarceramento entre brancos e negros poderiam ser explicados pelo diferencial educacional. Sendo que o maior efeito da educação se dá sobre a redução das probabilidades de encarceramento por assassinato, assalto e roubo de veículo.

Carneiro, Loureiro et al. (2005) demonstraram que determinadas variáveis podem afetar diferentes crimes de maneiras distintas. Por exemplo, uma pessoa com nível educacional mais alto possui uma probabilidade menor de cometer homicídio, mas uma probabilidade maior de se tornar um traficante de drogas. Os homicídios, mais uma vez, são dos crimes mais associados à baixa escolaridade.

Beato (1998), em um estudo envolvendo cidades mineiras, demonstrou que o crime violento correlaciona-se negativamente com os indicadores de percentual de casas com esgoto. Inferindo daí que, em localidades aonde a companhia de água e esgoto ainda não chegou, a polícia, a escola e o sistema judiciário estejam igualmente distantes, o que demonstraria a importância da ação conjunta governamental em todas as áreas para a redução da taxa de homicídios. A proporção de casas com esgoto não representaria apenas um fator social, mas de toda a presença do Estado.

A relação entre a desigualdade, a pobreza, o desenvolvimento socioeconômico e a violência podem ser consideradas, entre as diferentes linhas explicativas, as que mais geram polêmica e suscitam debates no meio acadêmico brasileiro. Apesar de serem muitos os estudos que tentam analisar a relação entre a pobreza, desigualdade e violência, os resultados são inconsistentes e, muitas vezes, discordantes.

Variáveis como tamanho e densidade populacional, coeficiente de Gini, pobreza e desemprego estão, ora associadas positivamente, ora negativamente ou sequer estão associadas às taxas de violência criminal.

Gomez (1999) fez um estudo na Colômbia, em que avaliou as causas dos homicídios, utilizando dados de ordem municipal para os períodos de 1985-1988 e 1990-1996. As variáveis independentes utilizadas no estudo foram o índice de qualidade de vida, o coeficiente de Gini, a média de escolaridade da força de trabalho e a taxa de participação eleitoral. Depois de dividir a amostra entre municípios com violência crescente e com violência decrescente, o estudo demonstrou que a violência está associada negativamente com o nível de educação e de participação política, e positivamente com o nível de riqueza, principalmente com a desigualdade medida através do coeficiente de Gini. A pobreza isoladamente não representou um fator preponderante. Interessante e incomum foi a variável participação política, que além de intimamente relacionada a educação também representava força motriz na exigência da proteção estatal. Esta variável não foi observada pelo presente estudo.

Concluiu que ao observar a evolução das cifras da violência nos municípios estudados, a desigualdade aparece como causa da violência. Outras variáveis como a débil presença do Estado tendem a reproduzir a violência (Gomez, 1999). Salienta-se que esse trabalho não introduz variáveis tais como a presença de narcotráfico, medidas de ineficácia do aparato de justiça e da polícia na dinâmica das taxas de homicídios, o que pode limitar relativamente suas conclusões.

Bourguignon (2000) propõe que a pobreza e a desigualdade são causa e consequência da violência, o que imerge as economias latino-americanas em um círculo vicioso donde os fenômenos se autoproduzem, o que talvez explique a situação de Alagoas. O autor parte do modelo de Becker (1968), pelo que incorpora variáveis de detecção do crime, honestidade, pobreza, perda social e o efeito que a criminalidade exerce sobre a economia. Inclui dentro do modelo final que o controle do crime depende da quantidade de dinheiro destinado à prevenção.

Ao longo de seu trabalho, Bourguignon (2000) argumenta que a criminalidade tem sua origem na pobreza e no nível de desigualdade e mostra como em países com altos níveis de crime e violência, um aumento na desigualdade potencializa a criminalidade. O autor concluiu que o modelo socioeconômico funciona melhor para os crimes contra o patrimônio ou aqueles

que tenham um incentivo econômico definido e não para os crimes contra a vida, já que estes não encontram uma motivação econômica comprovável em muitos casos. Estes crimes estariam mais ligados a outros crimes como tráfico de drogas do que somente a fatores socioeconômicos.

O uso de diferentes variáveis, em diferentes unidades de observação e a falta de controles estatísticos podem explicar as inconsistências e divergências em relação à importância dos determinantes socioeconômicos. Fajnzylber e Araujo Jr (2001) relataram que a modelagem econômica poderia contribuir com uma melhor compreensão dos determinantes do crime. Argumentam também que não seria a desigualdade de renda que afetaria o crime, mas sim outras características a ela associadas, como a capacidade de proteção privada ou a desigualdade na distribuição dos esforços de segurança pública, ou ainda a desigualdade na distribuição da educação ou geralmente da riqueza. Segundo o autor, as questões sociais estariam atuando com o pano de fundo para a falta de segurança, o real determinante.

É importante salientar que, embora haja melhora nos índices socioeconômicos no Brasil, ainda verifica-se grande desigualdade social (índice Gini de 0,51 em 2012) e péssima qualidade de vida média (79º lugar no IDH), associadas à corrupção endêmica (72º lugar), dentre 177 países, segundo a ONG Transparência Internacional (2013).

Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), países com IDH muito alto, com média de 0,867 pontos e baixa desigualdade, com índice de Gini de 29,4, em média contam com as menores taxas de violência do planeta (média de 1,6 homicídios para cada 100 mil pessoas). Quanto mais rico e mais igualdade há no país, menos violência. Tanto a igualdade material como a desigualdade são importantes no cenário internacional. Porém, as melhorias geralmente são acompanhadas por avanços no sistema de segurança. Observou-se, no entanto, que talvez não haja grandes diferenças entre os estados brasileiros que possam se traduzir em tão distintas taxas de homicídios.

Lemos, Santos Filho et al. (2005) que estudaram a criminalidade em geral, não diretamente homicídio, concluíram que as variáveis responsáveis pelo comportamento criminosos foram: concentração de renda, características da infraestrutura existente nos bairros, baixa densidade demográfica e menor participação dos jovens no total da população. Indicaram também que as razões

socioeconômicas da criminalidade contra o patrimônio em uma cidade de porte médio não são as mesmas ou, principalmente, que não atuam da mesma forma como operam nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro ou São Paulo.

Santos (2009), em estudo com os estados brasileiros entre 2001 e 2005, testou a existência de um efeito inércia sobre a criminalidade no Brasil. Segundo o autor, aproximadamente metade da criminalidade de um período se transfere para o período seguinte. O autor sugeriu também que aumentar a escolaridade parece ser uma das formas de diminuir a taxa de crimes letais nos estados. Além disso, o desemprego e a taxa de urbanização seriam positivamente relacionados às taxas criminais.

O recebimento de Bolsas-família, intimamente relacionado com a linha da extrema pobreza, fez parte do rol de observações de Chioda, Mello et al. (2012). A importância de programas sociais que aumentem a renda das famílias, ou que tenham força para alterar o grupo de convivência do indivíduo, contribuiria na redução da violência urbana. Também foi encontrado que o gasto em Segurança Pública seria uma maneira efetiva de se reduzir o número de crimes.

Carvalho, Santos et al. (2012) em um estudo para a Região Metropolitana do Recife, comprovaram também o impacto de variáveis socioeconômicas sobre as taxas de homicídio entre bairros. De maneira geral, seus resultados sugeriram que a desigualdade é dos grandes elementos nos homicídios. Bairros com baixas taxas de homicídio masculino eram cercados por áreas com alta taxa de homicídio. Também observaram que nas áreas com menor desigualdade de renda a taxa de homicídios é mais baixa.

Não foi encontrada, neste estudo, associação entre desigualdade social e homicídios, provavelmente porque os estados brasileiros não apresentem grande variação do índice de Gini. Sachsida, Loureiro et al. (2002) já haviam mostrado a importância de outras variáveis para combater crimes violentos. Os autores coletaram dados para os estados do Brasil no período 1987-1995 e verificaram que a desigualdade social, representada pelo índice de Gini, tem pequeno efeito positivo sobre a criminalidade. O estudo demonstrou que variáveis que refletem um bom ambiente familiar teriam mais impacto na redução da criminalidade.

Resende e Andrade (2011) estudando os municípios do Paraná, identificaram correlação entre a mortalidade por homicídios em homens de 15 a 29 anos de idade e o índice de Gini dos municípios, porém identificaram ausência de

correlação entre esse indicador de mortalidade e a taxa de pobreza dos municípios estudados. Nos agregados de municípios com grande desigualdade de renda, a renda dos 20% mais ricos representando mais de 16 vezes a renda dos 40% mais pobres, o risco de morte entre homens adultos de até 39 anos de idade apresentou excesso em relação ao agregado de municípios onde esse indicador de desigualdade era mais baixo (< 10 vezes). Por outro lado, nos municípios em categorias intermediárias de pobreza, porém com menos desigualdade, observaram-se as menores taxas de mortalidade por homicídios.

Ainda, segundo Resende e Andrade (2011) os resultados obtidos, na verdade, mostraram que a ineficiência do ensino básico afeta positivamente a criminalidade e constitui componente fundamental da desigualdade. Sugerem que os benefícios do crime e os custos de oportunidade são divididos, o que permite concluir que o crescimento econômico não implica diretamente na diminuição da criminalidade. Isto porque se houver um aumento da renda dos mais pobres a criminalidade não diminui. Esta redução somente seria obtida através da educação.

A opção neste estudo pela base estadual trouxe certa uniformidade pela inclusão de grandes e pequenos municípios em cada unidade. Oliveira (2005) já sugeria que o tamanho da cidade afeta na avaliação dos determinantes de criminalidade. Aspecto bastante relevante com relação à criminalidade em cidades é a sua relação com seu tamanho. O autor afirma que as cidades brasileiras com mais de um milhão de habitantes possuem taxas de homicídios em média até seis vezes maiores do que em pequenos municípios. Vários fatores estariam relacionados a este fenômeno, dentre eles o principal seria a presença do tráfico de drogas. Salienta, ainda, que as cidades de porte médio já se comportam como os grandes centros urbanos.

Este estudo difere de certa forma de estudos anteriores realizados em capitais e estados do Brasil, tanto por aspectos de sua metodologia, quanto pelo resultado. Contradiz os achados da maior parte das pesquisas sobre a associação de indicadores socioeconômicos e homicídios por apontar uma outra explicação, onde fica evidente a importância da punibilidade em relação ao número de homicídios. Foge da lógica reducionista da eterna discussão acerca dos determinantes sociais. Quem comete qualquer ato criminoso não costuma ser preso e quando em raras ocasiões isso acontece, logo é solto. Essa sensação real

da ausência da justiça e da polícia leva à banalidade da vida, fazendo com que muitos busquem no crime as soluções dos seus problemas.

Peace (1999) já marcava uma ruptura entre os estudos sobre a violência na Colômbia ao refutar mitos e lugares comuns presentes em diversos estudos sobre o tema. A violência como fato fortuito, causado principalmente por brigas conjugais ou rixas pessoais, seria pertinente apenas para uma parte reduzida dos homicídios na Colômbia, mais precisamente, nos lugares mais pacíficos do país. Mostra com dados do Instituto de Medicina Legal, que os homicídios ocorrem em lugares com bons indicadores socioeconômicos, o que indica que a criminalidade não está condicionada a fatores de desigualdade e pobreza. O autor ainda argumenta que não é factível pensar que a violência seja gerada por indivíduos forçados a delinquir pela pobreza, a desigualdade, a falta de acesso ao mercado de trabalho e, de forma geral, uma situação pouco favorável nessas circunstâncias.

Segundo Peace (1999), as maiores taxas de violência estariam justamente nas cidades de maior desenvolvimento socioeconômico, com indivíduos com maior acesso a educação e ao emprego e onde essas cidades acomodam maiores confluências de organizações criminosas (guerrilha, paramilitares e narcotráfico), no caso colombiano. Provavelmente o mesmo processo tenha ocorrido no Brasil no passado, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Noventa e três por cento dos homicídios registrados na Colômbia no ano de 1995 ocorreram em cidades onde se teve a presença marcante de alguma organização criminosa.

Sánchez e Chacón (2007) inferem que a investigação sobre a violência na Colômbia obedece a características especiais originadas na existência de grupos armados, atividades ilegais, ineficiência da justiça e nas diversas interações entre estas variáveis. A pobreza, a desigualdade e a exclusão social não produzem violência. Neste sentido, a solução para os problemas de precários níveis de vida, de acesso aos serviços sociais e de baixa participação e representação política de muitos grupos sociais é um objetivo desejado do ponto de vista de políticas públicas e se deve lutar por isso. Não obstante, ligar o desaparecimento dos problemas da violência à superação dos problemas relacionados à pobreza, desigualdade e exclusão é uma estratégia equivocada a luz das evidências.

Os autores Sánchez e Chacón (2007) apontam também a ineficiência da justiça penal como ponto importante no robustecimento da criminalidade violenta. O congestionamento de despachos e processos contribuiria para a impunidade, bem

como a ineficácia da polícia em proceder com as investigações. Baseado em dados do sistema de justiça e da polícia, chegam à conclusão que o deficiente desempenho da justiça penal tem incentivado os crimes e corroborado para o aumento do comportamento violento e que os fenômenos violentos, propiciados por grupos armados, tem contribuído para a paralisia do sistema penal mediante pressão direta e indireta dos atores dessas organizações sobre o sistema de justiça colombiano.

Observa-se que o estudo colombiano de Sánchez e Chacón (2007) apresenta certa semelhança com este estudo. Diferentemente das abordagens comumente utilizadas em estudos brasileiros, sua abordagem está mais focada no controle através da punição e justiça.

Echandía (1999) proporcionou um trabalho com abordagem geográfica e observações em diversas províncias e com relação à presença de forças criminosas. Segundo o autor os municípios com elevados índices de violência não se encontram dispersos por todo o território colombiano, mas sim fazem parte de um conjunto que cresce na medida em que crescem os atores que promovem a violência. O autor argumenta que existe uma alta correspondência entre altos índices de violência e a presença de organizações armadas ilegais. Dessa forma, dos 342 municípios com elevadas taxas de homicídios, 284 (83%) têm presença da guerrilha, enquanto 152 têm a presença de grupos paramilitares. A presença de tais atores armados por si só não é a causa única das altas taxas de violência, pois a simples presença deles fragiliza o sistema de justiça penal que fica congestionado pelas pressões diretas e indiretas desses atores, desqualificando o processo punitivo, aumentando a impunidade.

Neste estudo não foram encontradas associações entre tráfico de drogas e de armas em relação aos homicídios, porém foram encontradas entre estas variáveis e as socioeconômicas. Santos e Kassouf (2007) examinaram a relação existente entre o mercado de drogas e a criminalidade e encontraram que o mercado de drogas, a desigualdade de renda e a taxa de urbanização afetam positivamente a criminalidade. O mercado do narcotráfico estaria presente justamente nas áreas onde a pobreza, produtora e distribuidora das drogas, estivesse próxima a riqueza, consumidora.

Gaviria (2000) conclui que o crime organizado, em particular dos narcotraficantes, é o responsável pela rápida evolução da violência na Colômbia,

desenvolvendo, também, novas tecnologias que aumentam substancialmente o aprendizado criminal entre os jovens. Os narcotraficantes estimulariam a mudança comportamental nas comunidades as quais dominam. E, em última instância, implica que o crime violento, sobretudo os homicídios, esteja associado fortemente ao narcotráfico e associa-se ao campo social, propiciando uma escala de valores perversa, que será admitida pela comunidade como sendo um comportamento moralmente aceitável o que tenderá a perpetuar a violência. Os valores sociais seriam corrompidos devido à presença contínua da violência e a “recompensa” em termos de conquistas pelos grandes traficantes.

Schneider (2009) verificou que a variável narcotráfico tem correlação positiva e altamente significativa com a taxa de homicídios. Em seu trabalho o fator de determinação representava que um incremento de 1% na renda por narcotráfico per capita elevaria a taxa de homicídios em 0,18%. A ineficiência no combate ao narcotráfico, que o autor aponta como sendo ao mesmo tempo uma variável que mede a eficácia da justiça, apresentou sinal esperado sobre as taxas de homicídios. Dessa forma, um incremento percentual de 1% no valor da eficácia judiciária incrementaria a taxa de homicídios em 0,32%. O efeito do tamanho da população sobre as taxas de homicídios apresentou-se positiva, como se espera alguns estudos sobre violência e crime e demografia Assim, se a população aumenta em 1% a taxa de homicídios sofrerá incremento de 0,07%.

Avaliando o choque das variáveis independentes apontadas em relação ao incremento nas taxas de homicídios, Pastrana, Méndez et al. (2007) apontam que mais de 90% da explicação para tal incremento nas taxas de homicídios está ligada a renda proporcionada pelo narcotráfico. A ineficiência da justiça não chega a 5% e a pobreza mesmo a 1%.

Outras variáveis de mais difícil obtenção em estudos ecológicos puderam ser observadas em estudos individuados e podem estar envolvidas com os homicídios. Godoy Martins e Mello Jorge (2009) salientaram a importância de se incluírem variáveis de interação social nos estudos sobre criminalidade. Fundamental para estes autores foi a constatação da importância de variáveis religiosas (ir à igreja, crer em Deus, ter uma religião) para o combate a crimes violentos. Os autores demonstraram o importante efeito de se “crer em Deus” sobre a probabilidade de se cometerem crimes violentos. De maneira geral, variáveis religiosas tiveram impacto negativo, e estatisticamente significativo, sobre a

probabilidade de se cometerem crimes violentos. Além disso, um amplo conjunto de variáveis de interação social foi adotado, ressaltando mais uma vez o importante papel que uma família estável tem sobre o combate ao crime violento (tal como o homicídio ou o estupro).

O presente estudo apresenta limitações inerentes às pesquisas com dados secundários e análises ecológicas, se limitando a apontar hipóteses explicativas para este fenômeno da violência no Brasil. Entre essas limitações, destacam-se a possibilidade de confundimento residual devido à ausência de controle das associações por variáveis não disponíveis nas bases de dados, as dificuldades de definição da temporalidade entre os eventos analisados, a má qualidade dos dados brasileiros e as dificuldades em atribuir ao nível individual às mesmas associações ecológicas aqui identificadas. Porém, vale lembrar, que se trata de estudar fatores de risco aos homicídios como um fenômeno coletivo nos estados brasileiros, cujas explicações avaliadas são também principalmente fenômenos coletivos. Dessa forma, os achados do presente estudo deverão orientar outros futuros que aprofundem o entendimento dessa multiplicidade de contextos e diferentes níveis de determinação desse fenômeno.

7 CONCLUSÃO

No Brasil a taxa de homicídios que estava diminuindo até 2007, voltou a crescer, vitimando principalmente jovens e negros e distribuindo-se por todo o país.

O principal fator determinante para a mortalidade por homicídio é a impunidade. A pobreza e a falta de escolaridade, embora relacionadas, não se constituem como elementos fundamentais no controle da violência homicida.

A diminuição da desigualdade, de grande ganho social, e os investimentos em Segurança Pública e policiamento isoladamente, não garantem a redução dos homicídios.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir formulam-se algumas proposições, de curto e longo prazo, cuja implantação poderá contribuir para o aperfeiçoamento da persecução penal e, conseqüentemente, para a redução dos índices de violência.

Medidas a curto prazo

- Sensibilização das autoridades estaduais e federais para as dificuldades do quadro investigatório atual, de forma a que prevejam a realização de investimentos específicos na estrutura policial e pericial.
- Implantação da meritocracia associada às metas, como forma de estímulo, aperfeiçoamento e mensuração dos resultados.
- Compromisso com o equilíbrio de investimentos nas polícias civil e militar.
- Realização dos cursos de capacitação interinstitucional com os parâmetros ENASP em todas as Unidades da Federação, específicos para a persecução penal dos crimes de homicídio.
- Lançamento de campanhas pelo direito à vida, com foco na tolerância e na paz.
- Formação e manutenção de forças-tarefa nos estados.
- Lançamento de um plano de inclusão digital da Polícia Judiciária.
- Definição de parâmetros específicos para o controle externo nas investigações dos crimes de homicídio.
- Manutenção e atuação em mais estados da Força Nacional da Polícia Judiciária, mediante definição de metas e priorização das unidades mais carentes de estrutura e com ampliação no recrutamento e na destinação de delegados, investigadores e peritos.

Medidas a longo prazo:

- Desenvolvimento de sistemas de monitoramento da persecução penal, desde a fase investigatória.
- Produção de materiais, fluxogramas, padronização de laudos periciais e otimização de quesitos.
- Estruturação mínima dos departamentos de perícia, com destinação de pessoal e equipamentos.
- Formação de multiplicadores para que os cursos de capacitação sejam periodicamente realizados e atualizados.
- Implantação de centros regionais de perícia para especialidades técnicas mais complexas, mantidos pela União em convênio com os estados.
- Aquisição de equipamentos para a investigação e a atividade pericial.
- Execução do plano de inclusão digital da Polícia Judiciária.
- Aperfeiçoamento dos programas de proteção a vítimas, testemunhas e depoentes especiais.
- Provimento dos cargos vagos na Polícia Judiciária e nos institutos de perícia.

9 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; FEFFERMANN, M.; RÉGNIER, J.-C. Coesão social e vulnerabilidade no Brasil juventudes e violências. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 5, p. p. 165-183, 2012.

ANDRADE, P. R. C. C. A Responsabilização do adolescente infrator e a ilusão da impunidade. **Ciência & Consciência**, v. 2, 2007.

ARAÚJO JUNIOR, A. F. D.; SHIKIDA, C. D. Decomposição das taxas de homicídios no Brasil e seus estados: a “demografia” é de fato importante? **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, n. 1, 2012.

AZEVEDO, R. G. Criminalidade e Justiça penal na América Latina. **Sociologias**, v. 7, n. 13, p. 212-241, 2005.

BANDEIRA, M. A. D. Modelo de Estado Brasileiro à luz da Constituição de 1988: Estado liberal ou Estado social? , 2013.

BARREIRA, A. K.; LIMA, M. L. C. D.; AVANCI, J. Q. Co-occurrence of physical and psychological violence among dating adolescents in Recife, Brazil: prevalence and associated factors. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 233-243, 2013.

BENEVIDES, L. G.; RODRIGUES, M.; DE ABREU, R. R. Segurança pública e direitos humanos no estado do Rio de Janeiro **Revista Direito e Práxis**, v. 2, n. 3, p. 88-102, 2013.

BENSON, B. L.; RASMUSSEN, D. W.; SOLLARS, D. L. Police bureaucracies, their incentives, and the war on drugs. **Public Choice**, v. 83, n. 1-2, p. 21-45, 1995.

BEZERRA, L. J. N.; MELO, S. R. D. S.; MELO, F. V. S. A evolução da violência homicida no Nordeste brasileiro e no estado de Pernambuco: fatores socioeconômicos que mais se relacionam com as altas taxas de homicídios. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 2012-07, 2012.

BLAU, J. R.; BLAU, P. M. The cost of inequality: Metropolitan structure and violent crime. **American Sociological Review**, p. 114-129, 1982.

BORGES, A.; SCHOR, N. Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: Um estudo transversal em São Paulo, Brasil, 2002. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 2), p. 499, 2005.

BOURGUIGNON, F. Crime, violence and inequitable development. Annual World Bank Conference on Development Economics, p.199-220, 2000.

CÂMARA, L. A.; SEBASTIÃO FILHO, J. Encontro fortuito da prova: considerações sobre a incidência de cautelas probatórias nos crimes contra a ordem econômica. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 28, p. 433-464, 2012.

CARNEIRO, F. G.; LOUREIRO, P. R.; SACHSIDA, A. Crime and social interactions: a developing country case study. **The Journal of Socio-Economics**, v. 34, n. 3, p. 311-318, 2005.

CARVALHO, T. S.; SANTOS, K. K. S. D.; FERREIRA, A. D. S.; OLIVEIRA, A. D. D. S.; ARAÚJO, T. M. E. D.; PARENTE, A. D. C. M. Caracterização de casos de homicídio em uma capital do nordeste brasileiro: 2003 a 2007. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste-Rev Rene**, v. 11, n. 3, 2012.

CASTRO, M. H. G. Avaliação do sistema educacional brasileiro: tendências e perspectivas. MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

CHIODA, L.; DE MELLO, J. M.; SOARES, R. R. Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa Família and crime in urban Brazil. **Discussion Paper series, Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit**, 2012

CORMAN, H.; MOCAN, N. A Time-Series Analysis of Crime, Deterrence, and Drug Abuse in New York City. **The American Economic Review**, v. 90, n. 3, 2000.

COSTA, V. G. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: discutindo a atuação dos profissionais de saúde da UBSF “Ana Amélia Vilar Cantalice”, 2013.

D’ALESSIO, S. J.; STOLZENBERG, L. Crime, arrests and pretrial jail incarceration. **Criminology**, v. 36, n. 4, p. 735-762, 1998.

DANTAS, R. A. N. A violência no contexto de um serviço de urgência: análise do processo de cuidar na visão das vítimas e profissionais de saúde em Natal/RN, 2009.

DAWSON, J. M.; BOLAND, B.; STATISTICS, B. O. J.; JUSTICE, U. D. O.; PROGRAMS, O. O. J.; AMERICA, U. S. O. Murder in large urban counties, 1988. **Questions and Answers in Lethal and Non-Lethal Violence**, p. 95, 1993.

DEARDEN, J.; PAYNE, J. Alcohol and homicide in Australia. **Trends and issues in crime and criminal justice**, n. 372, 2009.

DRUMOND JÚNIOR, M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. **Saúde e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 63-81, 1999.

DUARTE, E. C.; GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S. D.; MANSANO, N. H.; MONTEIRO, R. A.; RAMALHO, W. M. Associação ecológica entre características dos municípios eo risco de homicídios em homens adultos de 20-39 anos de idade no Brasil, 1999-2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 2259-2268, 2012.

ECHANDÍA, C. El conflicto armado y las manifestaciones de violencia en las regiones de Colombia. Bogotá, Presidencia de la República, Oficina del Alto Comisionado para la Paz, Observatorio de Violencia, Biblioteca para la Paz, Serie: Aportes para la Paz, v. 1, 1999.

FAJNZYLBER, P.; ARAUJO JR, A. Violência e criminalidade. **Texto de Discussão**, n. 162, 2001.

GAVIRIA, A. Increasing returns and the evolution of violent crime: the case of Colombia. **Journal of development economics**, v. 61, n. 1, p. 1-25, 2000.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; KOIZUMI, M. S.; DE MELLO-JORGE, M. H. P. As causas externas no Brasil no ano 2000: comparando a mortalidade e a morbidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 4, p. 995-1003, 2004.

GAWRYSZEWSKI, V. P.; SANHUEZA, A.; MARTINEZ-PIEDRA, R.; ESCAMILLA, J. A.; DE SOUZA, M. D. F. M. Homicídios na região das Américas: magnitude, distribuição e tendências, 1999-2009. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3171-3182, 2012.

GODOY MARTINS, C. B.; MELLO JORGE, M. H. P. Outcome of the violence against child and delivered to the judicial power. **Acta Paul Enferm**, v. 22, n. 6, p. 800-7, 2009.

GOLDSTEIN, H.; HIGGINS-D'ALESSANDRO, A. Empathy and attachment in relation to violent vs. non-violent offense history among jail inmates. **Journal of Offender Rehabilitation**, v. 32, n. 4, p. 31-53, 2000.

GOMEZ, S. Violence and equity. **Planeacion y Desarrollo**, v. 30, n. 3, p. 47-79, 1999.

GYIMAH-BREMPPONG, K.; PRICE, G. N. Crime and Punishment: And Skin Hue Too? **The American economic review**, p. 246-250, 2006.

HARCOURT, B. E. Reducing mass incarceration: Lessons from the deinstitutionalization of mental hospitals in the 1960s. **Ohio St. J. Crim. L.**, v. 9, p. 53, 2011.

JUNIOR, D. V. C.; VILLELA, W. V. A polissemia do conceito de violência. **BIS-Boletim do Instituto de Saúde nº 33**, p. 8, 2004.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 26, 2006.

KILSZTAJN, S.; DO CARMO, M. S. N.; SUGAHARA, G. T. L.; DE SOUZA LOPES, E. Vítimas da cor: homicídios na região metropolitana de São Paulo, Brasil, 2000 **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1408-1415, 2005.

KLEINSCHMITT, S. C.; WADI, Y. M.; STADUTO, J. A. R. Criminalidade violenta e indicadores estruturais: avaliações da problemática dos homicídios. **Prima Facie-Direito, História e Política**, v. 10, n. 18, p. 217-252, 2011.

KRUG, E. G.; MERCY, J. A.; DAHLBERG, L. L.; ZWI, A. B. The world report on violence and health. **The lancet**, v. 360, n. 9339, p. 1083-1088, 2002.

LEMO, A. A. M.; SANTOS FILHO, E. P.; JORGE, M. A. Um modelo para análise socioeconômica da criminalidade no município de Aracaju. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, n. 3, p. 569-594, 2005.

LESTER, D. The effectiveness of suicide prevention centers. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, v. 23, n. 3, p. 263-267, 1993.

LEVITT, S. D. Understanding why crime fell in the 1990s: Four factors that explain the decline and six that do not. **Journal of Economic perspectives**, p. 163-190, 2004.

LIMA, M.; XIMENES, R.; FEITOSA, C. L. Conglomerados de violência em Pernambuco, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 18, n. 2, p. 123, 2005.

MELLO-SILVA, A. C. C.; BRASIL, V. V.; MINAMISAVA, R.; OLIVEIRA, L. M. D. A. C.; CORDEIRO, J. A. B. L.; BARBOSA, M. A. Quality of life and psychological

trauma in firearm violence victims. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 21, n. 3, p. 558-565, 2012.

MELLO JORGE, M.; LAURENTI, R.; GOTLIEB, S. L. D. Análise da qualidade das estatísticas vitais brasileiras: a experiência de implantação do SIM e do SINASC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 643-54, 2007.

MILLIGAN, K.; MORETTI, E.; OREOPOULOS, P. Does education improve citizenship? Evidence from the United States and the United Kingdom. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 9, p. 1667-1695, 2004.

MINAYO, M. C. D. S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. D. S.; CONSTANTINO, P. An ecosystemic vision of homicide. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3269-3278, 2012.

MINAYO, M. C. D. S.; SOUZA, E. D. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde**, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1998.

MINAYO, M. C. D. S. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 26, n. 1, p. 135-140, 2013.

MOREIRA, D. P.; VIEIRA, L. J. E. D. S.; PORDEUS, A. M. J.; LIRA, S. V. G.; LUNA, G. L. M.; SILVA, J. G.; MACHADO, M. D. F. A. S. Exposure to violence among adolescents in a low-income community in the northeast of Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 5, p. 1273-1282, 2013.

MOREIRA, M. S. Uma tipologia dos argumentos no debate acadêmico sobre as cotas no Brasil. **Cadernos do LEME**, v. 3, n. 2, 2012.

MOTAI, E. L. A.; DE ARAÚJOI, T. M.; DE OLIVEIRAI, N. F. Diferenciais de raça/cor da pele em anos potenciais de vida perdidos por causas externas. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 3, p. 405-12, 2009.

MUNIZ, J. O. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. **Dados (Rio de Janeiro)**, v. 55, n. 1, p. 251-282, 2012.

NADANOVSKY, P. O aumento no encarceramento ea redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005 **Cadernos de saúde pública**, v. 25, n. 8, p. 1859-1864, 2009.

NASCIMENTO, J. S.; CARDOSO, B. F.; DE BRITO, M. A.; CORONEL, D. A. Estudo dos determinantes do crime de homicídio no município de Aracaju-SE. **Revista Economia & Gestão**, v. 11, n. 25, p. 62-88, 2011.

NERI, A. L.; YASSUDA, M. S.; ARAÚJO, L. F. D.; EULÁLIO, M. D. C.; CABRAL, B. E.; SIQUEIRA, M. E. C. D.; SANTOS, G. A. D.; MOURA, J. G. D. A. Methodology and social, demographic, cognitive, and frailty profiles of community-dwelling elderly from seven Brazilian cities: the FIBRA Study. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 778-792, 2013.

NÓBREGA, J. M. A Segurança Pública como controle da violência homicida. **Prima Facie-Direito, História e Política**, v. 10, n. 18, p. 178-216, 2011.

NÓBREGA JR, J. M.; ZAVERUCHA, J.; ROCHA, E. Mortes por agressão em Pernambuco e no Brasil: um óbice para a consolidação da democracia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 43-58, 2011.

OLIVEIRA, C. A. Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: um enfoque da economia do crime. **Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia**, 2005.

PASTRANA, M. G.; MÉNDEZ, A. M.; SÁNCHEZ, R. M.; DE LA TORRE SANZ, C.; RUMAYOR, A. A. La prevención de la violencia contra las mujeres desde la educación: investigaciones y actuaciones educativas públicas y privadas. **Revista de Educación**, v. 342, p. 189-209, 2007.

PEACE, B. S. Violence in Colombia, 1999.

PEIXOTO, B.; ANDRADE, M.; MORO, S. Violência urbana: Uma análise comparativa da vitimização em Sao Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória. **Texto para Discussao**, v. 323, 2007.

PEIXOTO, B. T.; LIMA, R. S. D.; DURANTE, M. O. Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 13-21, 2004.

PERES, M. F. T.; DE ALMEIDA, J. F.; VICENTIN, D.; RUOTTI, C.; NERY, M. B.; CERDA, M.; CARDIA, N.; ADORNO, S. Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3249-3257, 2012.

PIMENTA, C. A. M. Dimensões socioculturais urbanas da violência: contemporaneidade e relações sociais. **Sociedade em Debate**, v. 14, n. 1, p. 7-24, 2012.

RESENDE, J. P. D.; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 41, n. 1, p. 173-195, 2011.

SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R.; MENDONÇA, M. J. C. Returns to schooling: a selectivity bias approach with continuous variable choice for Brazil. **Catholic University of Brasilia Working Paper**, 2002.

SÁNCHEZ, F.; CHACÓN, M. Las cuentas de la violencia: ensayos económicos sobre el conflicto y el crimen en Colombia. Grupo Editorial Norma, 2007.

SANTOS, B. D. S. A reinvenção solidária e participativa do Estado. **Sociedade e estado em transformação. São Paulo: Unesp**, p. 243-271, 1999.

SANTOS, M. J. Dinâmica temporal da criminalidade: mais evidências sobre o “efeito inércia” nas taxas de crimes letais nos estados brasileiros. **Revista Economia**, v. 10, n. 1, p. 169-194, 2009.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira. **Revista Economia**, 2007.

SANTOS, U. A. L. A globalização do narcotráfico: a influência das convenções internacionais sobre drogas no âmbito da onu para o combate às drogas e as Políticas Públicas brasileiras, 2011.

SAÚDE, O. M. D. CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças Edusp, 2000.

SCHNEIDER, E. Homicide in the hood: A Long View. **Dissent**, v. 56, n. 3, p. 35-38, 2009.

SCHOENFELD, H. Mass incarceration and the paradox of prison conditions litigation. **Law & Society Review**, v. 44, n. 3-4, p. 731-768, 2010.

SILVA, J. M.; BRITO, K. C. D. A.; ANDRADE, N. M. A. S.; RIBEIRO, R. M. C.; NERY, A. A.; CASOTTI, C. A. Mortalidade por causas externas em uma cidade do interior da Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 36, n. 2, 2013.

SILVEIRA CAMPOS, M. Escolha racional e criminalidade: uma avaliação crítica do modelo. **Revista da SJRJ**, v. 15, n. 22, p. 93-110, 2010.

SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

SOUZA, E. R. ; MELO, A. N. D.; SILVA, J.; FRANCO, S. A.; ALAZRAQUI, M.; GONZÁLEZ-PÉREZ, G. J. Multicentric study of deaths by homicide in Latin American countries. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3183-3193, 2012.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil. Instituto Sangari, 2010.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil, 2012.

ZILLI, L. F.; VARGAS, J. D. Investigative police work in relation to youth homicides in Belo Horizonte. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 3, p. 621-632, 2013.

